



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

LILIANE DE SOUSA JANOCA

**SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: PRÁTICA ASSISTENCIAL
OU ASSISTENCIALISMO? UMA ANÁLISE ACERCA DA ONG
AMIGOS DO BEM, MAURITI/CE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

LILIANE DE SOUSA JANOCA

**SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: PRÁTICA ASSISTENCIAL
OU ASSISTENCIALISMO? UMA ANÁLISE ACERCA DA ONG
AMIGOS DO BEM, MAURITI/CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Maridiana Figueiredo Dantas.

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

LILIANE DE SOUSA JANOCA

**SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: PRÁTICA ASSISTENCIAL
OU ASSISTENCIALISMO? UMA ANÁLISE ACERCA DA ONG
AMIGOS DO BEM, MAURITI/CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Maridiana Figueiredo Dantas

Apresentada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

*Prof. Esp. Maridiana Figueiredo Dantas.
Orientadora*

*Prof.^a Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça
Fernandes
1º Examinador*

*Prof.^a Esp. Jamille Lima Vieira
2º Examinador*

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

Dedico esse trabalho aos meus pais, Judite e Zilmario, por sempre me apoiarem, me darem forças para continuar, estarem do meu lado, e terem contribuído sempre na minha vida pessoal que me possibilitou chegar até onde estou, esse nova fase, essa nova conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir que isso tudo aconteça, foi uma jornada longa de diversos desafios, por isso tenho muito a agradecer, por ter me dado força e coragem nesta caminhada. À minha família por todo o apoio que tive e tenho recebido e em especial aos meus pais, Zilmario e Judite que sempre me apoiaram, me incentivaram desde sempre á correr atrás dos meus objetivos, por sempre estarem dispostos a me ajudar de alguma maneira, por serem totalmente presentes na minha vida e na minha formação pessoal.

As minhas colegas/amigas que a faculdade me proporcionou, Wergila, Karol, Iris, Itana, Ana Silvia, porém já concluíram a graduação... E graças essas pessoas os dias dessa trajetória se tornaram mais descontraídos, com muita risada, conversas, passamos por muitos desafios nesse universo acadêmico, sempre tendo apoio uma das outras...

A minha amiga Neli que também cursa Serviço Social, por todo o apoio, durante esse período de graduação, por ser uma ótima ouvinte, dar conselhos, pelos momentos de descontração na faculdade, conversas aleatórias... Sempre me escutando independente de qual for o assunto, pena que não vamos nos formar juntas, mas futuramente, se Deus quiser, seremos colegas de profissão.

Agradeço a minha prima Laislânia, por sempre ter me ajudando sempre que preciso, em muitos momentos durante a minha graduação, sempre procurava alguma maneira de me ajudar em momento que eu precisasse. A minha grande amiga Izamara que sempre me escuta, em tudo que falo sobre minha graduação, sobre a vida, sempre me incentiva, me motiva, fala coisas boas, sempre me ouve mesmo que seja um assunto chato, e até mesmo repetitivo, sempre conversamos muito, nesse momento ela se encontra morando longe, mas mesmo assim sinto sempre ela bem perto.

Quero agradecer a minha professora e orientadora, Maridiana Figueiredo Dantas, que teve toda uma paciência nas orientações, sempre mostrou o melhor caminho para o desenvolvimento do trabalho mesmo diante do atual quadro de pandemia em que vivemos.

A todos os professores que foram incríveis, são ótimos profissionais e que através dos seus ensinamentos, tiveram a grande contribuição na minha formação. A todos os funcionários da UNILEÃO que sempre foram bastante acessíveis sempre

que preciso, em especial aos funcionários que trabalham no campus Crajubar, em que passei maior parte da minha formação.

Agradeço a equipe da ONG Amigos do Bem, pela disponibilidade, para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa, ao Assistente Social Wellington pela disponibilidade, por tirar minhas dúvidas e pela grande contribuição.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que fizeram parte de tudo isso comigo!

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mas do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia nos horizontes de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

(Marilda Yamamoto)

RESUMO

O presente trabalho aborda uma discussão acerca da atuação profissional no terceiro setor de maneira em que se especificam as ações das ONGs, tem como objetivo geral, compreender a atuação profissional nesses novos espaços sócio ocupacionais para o serviço social, nesse contexto, será ilustrado as concepções e contradições comuns em meio a esse campo de atuação. Tendo questionamentos das competências e atribuições das ações profissionais do assistente social no terceiro setor, trazendo a tona todo um contexto histórico em que marca a institucionalização do deste setor diante de uma conjuntura neoliberal, frente às demandas postas da questão social. E a forte presença do voluntariado existente nas organizações desse setor. Para a obtenção e alcance dos objetivos propostos, de início realizou se uma pesquisa bibliográfica, partindo principalmente de livros, artigos, resenhas, tese de pós-graduação, assim como, um estudo de caso, com caráter descritivo, exploratório de natureza qualitativa, tendo a entrevista como instrumento para a coleta de dados. O campo da pesquisa foi na ONG Amigos do Bem em Mauriti-CE, com o profissional atuante naquela área, o qual relatou seu fazer profissional e as ações desenvolvidas pela sua equipe de trabalho. Portanto os três capítulos trazem o surgimento, desenvolvimento e incorporação do terceiro setor e posteriormente dando ênfase as ONGs e a inserção do assistente social cada vez mais visível.

Palavras – chaves: Terceiro Setor; ONG; Serviço Social; Neoliberalismo; Voluntário.

ABSTRACT

The present work addresses a discussion about professional performance in the third sector in a way that specifies how ONGs actions, has the general objective, understand a professional performance of new public spaces for social work, in this context, it will be illustrated as common conceptions and contradictions in the midst of this field of action. Having questions about the competences and attributions of the professional actions of the social worker in the third sector, it brings to a whole the historical context in which it marks the institutionalization of this sector in face of a neoliberal conjuncture, facing the demands posted by the social question. And the strong presence of the volunteers existing in the organizations of this sector. To obtain and reach the proposed objectives, a bibliographic research was carried out, starting mainly with books, articles, reviews, postgraduate thesis, as well as the field research, with a descriptive, exploratory character of a qualitative nature, having the interview as an instrument for data collection. The research field was in the ONG Good Friends in Mauriti-CE, with the professional working in that area, who reported his professional work and the actions developed by his work team. Therefore, the three chapters bring the emergence, development and incorporation of the third sector and later emphasizing the NGOs and the insertion of the social Worker more and more visible.

Keywords: Third Sector; ONG; Social Work; Neoliberalism; Volunteer.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estrutura da ONG de forma teórica e prática.....	55
TABELA 2 - Ações entre os funcionários.....	56

LISTA DE SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira Organizações Não Governamentais

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

CF - Constituição Federal

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

IAVE - International Association for Volunteer Effort

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

ONG – Organização Não Governamental

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UNE- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL	15
1.1 Contexto histórico do terceiro setor e características das primeiras ONGs no Brasil... 15	
1.2 O trabalho do assistente social nas empresas privadas não lucrativas, diante do projeto ético político da profissão	25
CAPITULO 2 – EXPANSIONISMO DO TERCEIRO SETOR: O CRESCIMENTO DAS ONGs EM UMA NOVA CONJUNTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	35
2.1 Diversificação das ONGs frente a uma nova política neoliberal diante de um “Novo Estado”	35
2.2 A expansão do serviço social e desenvolvimento das ações voluntárias no terceiro setor	42
CAPITULO 3 – ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: ATUAÇÃO PROFISSIONAL E VOLUNTÁRIA NA ONG AMIGOS DO BEM EM MAURITI – CE	49
3.1 Percursos metodológicos	49
3.2 Contexto histórico da ONG Amigos do Bem: Projetos desenvolvidos	53
3.3 Desenvolvimento profissional do assistente social na ONG amigos do Bem	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APENDICE	66

INTRODUÇÃO

Este trabalho se desenvolve acerca das ações do Terceiro Setor e a atuação do Assistente Social nesse âmbito especificando as ONGs (Organizações Não Governamentais) esse questionamento surgiu a partir da busca de uma compreensão mais aprofundada sobre esse universo do terceiro setor e a sua expansão em meio social.

A institucionalização do terceiro setor tem sua configuração a partir das últimas décadas, o qual tem um crescimento consideravelmente elevado em números de instituições, nas suas mais diversificações onde tem uma abrangência para equipes multiprofissionais, em que o assistente social tem um grande papel central no desenvolvimento de suas ações.

Tem se como questão norteadora, analisar o desenvolvimento do serviço social em meio ao universo das ONGs em um contexto que trás a tona todo um processo histórico até a contemporaneidade. Dessa maneira no primeiro capítulo vemos que essa institucionalização do terceiro setor, que tem seus vestígios em meados do século XVI na Europa, América Latina e América do Norte, onde se encontra leves traços de como se faz a adesão a este setor, somente nos séculos mais adiantes, precisamente na década de 1970 e 1980, se consolidando este âmbito e essa expressão nos Estados Unidos.

No Brasil os primeiros traços da existência desse setor se deram no século XX, tendo sua institucionalização e propagação em meados da década de 1990, após um longo período de busca pela sua legitimidade, onde muitos períodos como, a ditadura militar, lutas sociais, crise fiscal, entre outros, marcam esse processo, visto que, essa institucionalização surge como uma forma de atender as camadas sociais em que o estado não tem acesso, que através a teoria neoliberal desenvolve estratégias para manter o controle do estado diante da sua crise.

Assim como o profissional de serviço social, frente esse processo encontra – se em questionamentos sobre ser um momento positivo ou negativo na sua inserção nesse novo âmbito de trabalho em suas ações desenvolvidas diante do projeto ético político da profissão. Posteriormente entre esse processo ressalta se o grande crescimento das ONGs, como sendo uma das maiores representantes do terceiro setor.

No segundo capítulo, é desenvolvido um questionamento voltado para o expansionismo das ONGs, onde é observado a sua diversificação, as organizações têm seu momento de grande expansão na década 1990, ano em que o estado passa por um período de crise fiscal e diante da teoria neoliberal procura meios para ultrapassar esse momento. Os movimentos sociais diante desse momento de fortalecimento das ONGs tem cada vez mais seu espaço reduzido em relação a ocupar um âmbito mais sólido e expansionista, para a propagação das organizações, porém as mesmas, em muitos casos, mantêm um vínculo de apoio nas lutas sociais.

Neste capítulo também se destaca a atuação profissional do assistente social onde é notável que nesse espaço o profissional seja posto a um trabalho em que será um grande atuante, a flexibilização, qualificação, capacitação, criatividade, entre outros, são questões presentes nesse momento de apropriação de um novo ambiente profissional. Assim surgimento e desenvolvimento do voluntariado no terceiro setor, onde é visível a sua atuação juntamente com o assistente social em meio às organizações, o voluntário se configura basicamente como aquele que desenvolve suas ações sem remuneração e que está disposto a desempenhar as atividades que lhe for atribuída e sendo um ator fundamental no andamento das organizações.

No terceiro capítulo, apresenta se os procedimentos realizados para a execução da pesquisa, por fim, demonstram se, a coleta de dados, com a apresentação da metodologia e as características que marcam a referente pesquisa, com o objetivo do estudo e posteriormente os resultados obtidos com a pesquisa.

Diante disso se desenvolve a partir de dois tipos de pesquisa, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, com caráter descritivo, exploratório de natureza qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista, o ambiente da pesquisa foi na ONG Amigos do Bem, onde a entrevista foi desenvolvida com o Assistente Social da ONG, que respondeu todas as perguntas aplicadas na entrevista sobre o seu fazer profissional e de todos que compõe a sua equipe de trabalho.

CAPÍTULO 1 – O SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL

Este capítulo irá tratar do surgimento do terceiro setor e o seu desenvolvimento em meio social, trazendo a tona seu desenvolvimento frente a uma visão neoliberal destinada a interesses do estado, dando ênfase nas ações desenvolvidas, que desencadeiam o surgimento do terceiro setor, as instituições sem fins lucrativos, assim como a discussão da introdução do serviço social em meio a esse universo privado para desenvolvimento de atividades de destínos público.

Essa discussão se dá em busca de uma melhor compreensão em meio da importância do surgimento de ONGs, e como elas se desenvolvem e se institucionalizam em meio a um segmento que oferece as organizações o reconhecimento de fragilidades do processo de se consolidar, tornando se possível a projeção de melhores caminhos para o desenvolvimento deste, o qual se tem um crescimento elevado frente a um novo modelo de estado.

Ressalta se que o terceiro setor, tem seus primeiros vestígios, bem antes de se tornar de interesse do estado, porém não tinha a visibilidade necessária a qual é adquirida, em um momento de estratégia advinda do estado para suprir necessidades em parcelas da sociedade, frente à sua ineficiência. Reforça-se o crescimento das ONGs nos anos 90, buscando uma nova categoria de profissionais capacitados exigindo novas competências e habilidades. Diante disso os profissionais se ver em diversos questionamentos acerca do seu fazer profissional e da valorização do seu trabalho.

Visto que o terceiro setor, para compreender seu surgimento é preciso notar as mudanças estruturais e as ações das organizações que o integram, considerando suas particularidades, frente à lógica de formação de um novo segmento do estado.

1.1 Contexto histórico do terceiro setor e características das primeiras ONGs no Brasil

O terceiro setor surge como um movimento em meio à sociedade civil a qual é de direito privado sem fins lucrativos, prestadoras de serviços públicos, caracterizando formas voluntárias de ação em que dispõe a favor da sociedade. A filantropia está

presente na construção e desfecho do terceiro setor, pois as suas bases de atuação de forma inerente e direta a muitos pontos na intervenção do meio social, dessa forma, suas decisões advêm de forma autônoma não havendo a interferência do governo ou do mercado.

Terceiro Setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias. (Hudson, 2004. p. 21)

Esse setor se constitui na esfera social de forma a adentrar em meio às relações sociais, sendo assim pode se pensar que, se da forma convencional, demonstra como não sendo público nem privado, porém retém uma relação simbólica com ambos, na medida, de certa forma, perder a sua própria identidade da junção entre metodologia de um e finalidades de outro, ou seja, um setor de organizações de natureza privada e com a finalidade e objetivos para com ações sociais e públicas, apesar de não ser membro do governo.

Vale ressaltar, diante do propósito das ações das organizações que o integra, uma das formas mais tradicionais para determinar o terceiro setor, se dar, compreendendo que essas instituições, se sobressaem advindas de novos grupos da sociedade civil e movimentos sociais, assim sendo, também interlocutores, instrumentos para a obtenção de um novo andamento social e democrático, no qual as relações são conduzidas pela união de solidariedade entre os demais indivíduos e consentimento na busca do bem comum, assim como a questão da ação do voluntariado.

Parceria público-privada é um contrato organizacional, de longo prazo de duração, por meio do qual se atribui a um sujeito privado o dever de executar obra pública e (ou) prestar serviço público, com ou sem direito à remuneração, por meio da exploração da infra-estrutura, mas mediante uma garantia especial e reforçada prestada pelo Poder Público, utilizável para a obtenção de recursos no mercado financeiro. (JUSTEN FILHO, 2009. p. 232)

Nas últimas décadas o terceiro setor vem adquirindo cada vez mais espaço no Brasil, os primeiros vestígios de um possível surgimento, deu-se no século XVI, inicialmente com caráter político ou religioso, a Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos no ano de 1543 sendo esta a primeira referência histórica assim como outras as quais demonstravam a incorporação filantrópica que era ligada aos preceitos da Igreja Católica que presta apoio até os dias de hoje.

As organizações sociais presentemente, que fazem parte do terceiro setor, não se deram seu surgimento dos séculos 20 ou 21, na Europa na América do Norte assim como na América Latina, teve seu aparecimento nos séculos 16 e 17, primeiramente com um caráter religioso ou político. Essa condição alterou pouco durante os próximos séculos, então as primeiras associações patronais e os sindicatos de trabalhadores surgem no ano de 1800, sendo estes que em seguida criam suas ações políticas os quais buscavam seu lugar na defesa dos seus interesses na esfera da política e pública do estado. O início da Segunda Guerra Mundial acarretou diversas transformações em meio à política e o meio social em todo o mundo, em maior relevância com movimentos sociais, dessa forma tornou possível concentrar o acesso de novos agentes sociais em cena.

Conforme Albuquerque (2006), afirma que na América Latina no período dos anos 70, as organizações buscaram ações as quais tinham mecanismos que agregassem a redemocratização dos países com ações voltadas para o desenvolvimento comunitário, ofertando assistência e serviços nas áreas de consumo, educação e saúde.

A expressão “Terceiro Setor” passou a ser utilizada na década de 1970 pela primeira vez nos Estados Unidos, era utilizado para identificar ações voltadas a instituições voluntárias criadas por particulares, a partir da década de 1980 passou a ser utilizado por pesquisadores europeus, na Europa o termo era comum se referir a caridade, principalmente visto em doações.

Para eles, o termo sugere elementos amplamente relevantes. Expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante. (COELHO, 2000. P.58)

Em 1970, a Crise do Capital propiciou a elevação do Projeto Neoliberal, de forma que o capital tivesse que buscar mecanismos de reestruturação tanto na esfera da produção aderindo ao modelo Toyotista ou de acumulação flexível, antes sendo Fordista/Taylorista, quanto na reprodução social, com a intenção de sustentar padrões de acumulação e conservação de sua hegemonia. Havendo uma reestruturação mediante o capital nas relações e funções sociais diante do estado, do comércio e a sociedade civil.

Os governos foram marcados com crises econômicas e aderiram a regimes democráticos. Posteriormente houve a introdução de políticas neoliberais de

desenvolvimento, porém conseqüentemente agravando a pobreza nos países de terceiro mundo, dessa forma agregaria os setores da economia informal e logo em seguida expandir o descrédito o Banco Mundial e das instituições internacionais assim como os recursos para quem for destinado com a finalidade de desenvolvimento de programas sociais.

Este período ressalta proteção do estado mínimo, com a desresponsabilização do estado e a responsabilização da sociedade. Dessa forma o estado passa a ter o cargo de garantir serviços mínimos os quais seriam para garantir a ordem e a legitimidade por meio das forças armadas, do policiamento, dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Portanto essas constantes reestruturações frente ao estado, dividiu se em dinheiro público e investimento público.

Assim, o termo é constituído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). Recorte este [...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomia a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista Assim, o termo é constituído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). (MONTAÑO, 2007.p. 53)

Em 1979, a partir desse momento ganham novas formas, movimentos sociais se fortalecem em torno de lutas por democracia como um caminho de acesso do estado com a sociedade, atingindo as políticas sociais da seguridade social, a partir da Constituição Federal de 1988, o qual a assistência social teve mais diferenciação das constituições passadas, ao assumir um projeto o qual tornou se inovador, de converter em direito o que sempre foi visto como favor. A C/F 88, as instituições de assistência previstas nesse Constituição, o qual atribui imunidade a essas instituições e entidades beneficentes da assistência social, conforme o inciso §7 do Art. 195: “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, (...)”.

Diante do cumprimento de efetivação e garantia dos valores pagos estabelecidos por lei, os quais os trabalhadores contribuem para a seguridade social a partir da sua remuneração, tornando se assegurados da previdência social, o empregador, a empresa ou instituição, a contribuição e feita através da folha de

pagamentos, geralmente feita diante da porcentagem apresentada na carteira de trabalho.

Para tanto, a C/F 88 engloba todo um estado democrático de direito social, com perspectivas ao seu pleno potencial de efetivação da cidadania, do respeito aos valores da dignidade da pessoa humana e aos direitos fundamentais, individuais e sociais. Dessa forma através desses mecanismos que figuram se as estratégias para contribuir no exercício do poder, diante de uma possibilidade organizada de desfechos das realizações dos direitos humanos fundamentais.

Os valores constitucionais são a mais completa tradução dos fins que a comunidade pretende ver realizados no plano concreto – da vida real mesma – mediante a normatização empreendida pela Constituição [...] Com efeito, enquanto ordem objetiva de valores, a Constituição cumpre o importante papel de transformar os valores predominantes em uma comunidade histórica concreta em normas constitucionais; com todos os efeitos e implicações que esta normatização possa ter. (MARTINS, 2003. p. 55)

O Século XX, foi um período em que o país passou por diversas mudanças, anteriormente encontrava-se as ações voltadas para a assistência, saúde e educação realizadas principalmente pela Igreja Católica projetando o primeiro momento de uma evolução, muitas regiões começaram a ganhar força as quais dividiram com a Igreja Católica o domínio sobre essas entidades e organizações sem fins lucrativos, essas mudanças se refletiam tanto no aspecto político como na urbanização e industrialização, dessa forma, esses avanços trariam consigo novas demandas sociais gerando as necessidades de novas bases de atuação, ou seja, as antigas entidades e organizações filantrópicas tiveram que se modernizar para atender as demandas presentes, re –instrumentalizando as suas praticas.

As principais fontes de recursos dessas entidades estão baseadas não no mercado organizado, mas nos conceitos de cidadania e responsabilidade social, nem sempre constantes e previsíveis, o que determina a necessidade discutível de se encontrarem formas de gerenciamento continuidade. (PAES, 2003.p. 14)

As primeiras organizações do terceiro setor no Brasil registram-se em meados do Século XX na época do período colonial, estes cargos eram desempenhados pela Igreja Católica, tinha a finalidade de aliviar o sofrimento dos fiéis, era provável encontrar Igrejas que disponibilizava algum tipo de assistência social, de saúde ou de educação, nesse período surgiram diversas entidades, as quais eram ligadas a caridade e a filantropia.

Passaram se muitos anos com a Igreja a frente dessas entidades desempenhando o seu papel até o governo de Getúlio Vargas se estabelecer no país, o presidente adotou o suporte das ONGs para dar resolução dos problemas sociais, que com o apoio das organizações, tornasse possível a implementação de políticas públicas, o estado encarrega o papel de formulador e concretizador destas políticas, para tanto é decretado, em 1935 a lei que declara utilidade pública a estas entidades.

Ao chegar ao poder, Getúlio trazia consigo, de longa data, a convicção de que o Estado tinha o dever de interferir nas atividades econômicas – uma convicção que facilitou opções ditadas pela conjuntura de crise mundial. Mas não é certo que a crítica ao modelo liberal tenha implicado desde logo a adoção do nacional desenvolvimentismo, tendo como pólo a promoção da indústria. (FAUSTO, 2006.p. 52).

No ano de 1938 é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) que as determinou instituições, inseridas nestes, conseguissem receptor subsídios governamentais, nesse período a igreja continuo com as suas ações assistenciais, em alguns casos recebendo financiamento do estado, com finalidade em suas obras.

O Estado Novo associou autoritarismo político e modernização econômica sob um pano de fundo nacionalista e fascista, de forma que a relação mantida na ditadura Varguista com a sociedade era de inspeção e vigilância, consolidando o sindicato oficial e tendo junção ao ministério do trabalho, e anulando a autonomia de organização sindical, sendo assim a convivência entre patrões e empregados, destinaram se dessa forma, através do controle do estado, numa lógica que se sobressaía por um viés de conciliatória e o esvaziamento de conflitos, por tanto, através disso, imagina se um estado que tenha como intuito manter uma organização em meio à sociedade e não o contrário.

No entanto, em correspondência as limitações a organizações dos trabalhadores, Getúlio Vargas providenciou diversas Leis Trabalhistas atingindo com a junção do fortalecimento das Leis do Trabalho, em 1943, o qual garantiu diversos direitos e seguiu antigas reivindicações do Movimento Operário, com isso surge em Vargas à imagem de “pai dos pobres”.

Em 1979, a classe trabalhadora volta à cena política do país. Jornais, rádios e televisões, mesmo contra a vontade da Ditadura, não podiam mais esconder esse movimento. Foram mais de 430 greves, com três milhões e 200 mil grevistas de várias categorias (GIANNOTTI, 2009.p.228-229).

A ditadura militar se encaixa em um marco importante para o terceiro setor, diversas organizações desse setor surgiram justamente para contrariar a política na

época e a repressão que acontecia, assim também se estruturaram coletivos que tenderam a encontrar pessoas desaparecidas assim como proteger aqueles outros que poderiam ser pegos pelo Regime Militar, esses movimentos surgem com a finalidade de estabelecer a democracia no país, o que ocorre apenas na década de 80.

Esse período tornasse marcante, relevante para muitos movimentos sociais, como se sabe, esses movimentos se constituem de grande importância no contexto das conquistas sociais no país, atrelados a elementos de resistência na intervenção da realidade, de forma que durante o regime militar diversos grupos se defenderam diante do autoritarismo imposto a extinção de direitos fundamentais que se enxerga, ao excesso de violência ao abatimento da liberdade, enfim, diante disso pode se citar alguns grupos como, a União Nacional dos Estudantes (UNE), Igreja Católica, movimentos feministas, sindicatos que lutavam com greves e manifestações, entre outro, que diversificam, em movimentos de classe, reivindicatórios e políticos.

A década de 80 marca o fim do Regime Militar e o retorno da democracia subtrai a intervenção do estado em questões sociais. Neste mesmo período, se instituem diversas ONGs (Organizações Não Governamentais) no Brasil associadas aos movimentos sociais, durante o seu consolidação das ONGs, tiveram grande importância nas lutas da retomada da democracia, porém, os movimentos sociais eram os mais ativos, com um papel principal nas lutas de causas coletivas, cabiam as ONGs captarem recursos para a execução desses movimentos, recursos dos organismos internacionais. No início da década de 80, em um cenário sócio político, as ONGs contribuíam efetivamente na construção de uma sociedade democrática, porém os movimentos sociais tinham uma luta mais ativa o qual assumia um papel principal nas lutas coletivas.

Essas entidades que englobam no terceiro setor passam a desenvolver atividades não políticas, mas harmônica, integradora de vínculos, as quais tinham a intenção de em manter o bem comum e não os interesses de classe, porém existe uma consequência, a despolitização das organizações populares, onde parcelas de movimentos sociais passam a não se vincular aos sindicatos e aos partidos políticos.

Montaño (2002) surge uma inclinação para substituição entre os movimentos sociais e ONGs, através de vínculos, articulado com o capital e o estado. Dessa forma pode se assim dizer que os movimentos sociais tem sua identidade perdida diante das

lutas de classe que debatiam a ordem do capital, a contestação entre o capital e o trabalho.

Ao passar do tempo, foi possível observar o surgimento da inversão de papéis que ocorre entre ONGs e movimentos sociais. As ONGs passam a ganhar autonomia e maior espaço no cenário das organizações populares, com expressões e formas de se posicionar diferenciadas, assim como assumir responsabilidades vindas do estado. Mesmo diante da autonomia das ONGs, os movimentos sociais continuaram atuando frente aos problemas sociais, uns com mais e outros com menos intensidade. A década de 90 foi marcada pelo aumento das ONGs de diversos tipos, esse período tornou-se o ano de maior visibilidade, pois teve seu convenio com o estado, sendo aplicadas de uma visão geral da teoria neoliberal, as ONGs tinham seu financiamento por recursos vindos de cooperação internacional, relação que os organismos internacionais não podiam estabelecer com os movimentos sociais, os quais não tinham enfoque empresarial.

O Estado e as agências internacionais não são mais “obrigados” a tratar diretamente com movimentos sociais, mas agora a relação é de forma indireta, intermediada pela ONG, mais “eficiente”, mais “razoável”, mais “bem-comportada”, e, além disso, estes organismos podem escolher seu parceiro, seu interlocutor, definindo a ONG com a qual tratarão. (MONTAÑO, 2007. p. 273)

É justamente neste período da década de 90 que o Brasil consolida o termo “terceiro setor” tornando-o conhecido por sua diversidade, operando ações frente à inviabilidade do estado em certas camadas sociais, que ocasionam a questão Social, dessa forma tornando o país adepto a esse novo seguimento, com a consolidação de entidades privadas sem fins lucrativos, designando um papel que vincula-se a particularidades na apropriação de recursos (doações), assim como a realização de vínculos com o poder público.

A essência desse empreendimento envolve instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias, criadas e mantidas por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que elas mesmas possam tomar providências nesse sentido. (HUDSON, 1999. p.3)

Nesta década o capitalismo avançado entrou em um intenso retrocesso econômico, a dívida pública reassumiu graus alarmantes, porém mesmo diante dessa causalidade o neoliberalismo ganha mais espaço, pois se fortificou com a inversão do comunismo na Europa Oriental e na URSS, dando a conquista para o Ocidente na

“Guerra Fria”. Os países os quais foram socialistas para remediar a economia assumiram alterações drásticas, ocasionando elevados graus de desigualdade. Dessa forma esses países ex-comunistas acercam-se dos neoliberais no desmonte dos serviços público, nas privatizações, na propagação do capital corrupto e na polarização social.

Netto (1993) a ofensiva neoliberal, igualmente se apoia, em um questionamento sobre a teoria que renova o mercado como recurso de mediador societário em uma proposta política que restitui o estado mínimo como a única opção diante da democracia.

A teoria do neoliberalismo em face do terceiro setor surge como forma de buscar mecanismos que possam interferir na crise existente no estado, pois este defendendo o estado mínimo e a privatização e a terceira via a reforma do estado e a vinculação com o terceiro setor. A teoria neoliberal afirma que não é o capitalismo que está em crise, e sim o estado, a estratégia, então é a reforma do estado e a diminuição de gastos para resolver as crises existentes, portanto o mercado será o principal a buscar à eficiência em face de superar à falha do estado, e que também deve se permanecer com essa lógica para se manter sólido e continuar produtivo. A crise do estado surge por conta dos gastos para a sua legitimação, gastos com as políticas sociais para atender as demandas da população, o que provocou a crise fiscal.

Com o “terceiro setor” operando ideologicamente na “necessidade” de “compensar”, “substituir” ou “remediar” as atividades sociais precarizadas ou eliminadas das responsabilidades do Estado, a população tende a melhor aceitar a sua desresponsabilização nas respostas às seqüelas da “questão social”. (MONTAÑO, 2007. p.233)

Contudo, o ajuste neoliberal não se limita somente a natureza econômica, como também atinge o espaço político institucional e as relações sociais, com essa nova base os “pobres” destinam-se a surgir como uma nova “categoria classificatória”, como meta das políticas focalizadas de assistência que sustenta a situação de “pobre” por um raciocínio coerente ao individualismo, que dessa forma dá à sustentação ideológica a essa forma de acumulação.

A retirada do estado das políticas sociais universais, segundo a teoria neoliberal evidencia, ênfase no lucro, mercantilização da sociedade e a procedente desigualdade social. Dessa forma a terceira via conclui-se, assim como a teoria neoliberal, que a crise mantém no estado e não no capital, logo, posteriormente ao propor parceria pública e privada, ocorre a redução do estado para com as ações das políticas sociais,

redirecionando as, principalmente para o público não estatal, sendo este o terceiro setor.

O Estado, dirigidos pelos governos Neoliberais, se afasta parcialmente da intervenção social, porém é subsidiador e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de “transferência” da ação social para o “terceiro setor” (MONTAÑO, 2007. p. 235).

Albuquerque (2002), ao se deparar a uma melhor compreensão do terceiro setor, estar atento às mudanças estruturais ocorrentes na atuação das organizações que as compõem, respeitando as suas formas de organização suas particularidades e singularidades regionais, entendendo que sua evolução não se deu de forma homogenia.

Portanto a descentralização de políticas sociais em toda essa esfera de fragilidade que marca a inviabilidade do estado no meio social em certas atividades essenciais os quais marcam e profunda as desigualdades sociais, dessa forma a sociedade civil promove no terceiro setor comportamentos e ações que visão a mudança no setor econômico e social, renovando bases sociais como a solidariedade, dignidade e a cidadania.

Diante da repercussão da necessidade de institucionalização do terceiro setor e se sobressai, que a busca pela profissionalização não deve ofuscar o real conceito da organização, pois manter se sendo entidade de sem fins lucrativos, voltadas para fins sociais, porém as ações praticadas nas entidades advêm de uma pessoa jurídica a qual precisa cumprir obrigações contábeis, administrativas, trabalhistas, entre outras.

É necessário compreender, que da mesma forma que desencadeiam as ações para bons resultados e gestão de qualidade na área empresarial, as organizações do terceiro setor também necessitam dessa eficiência e transparência na qualidade das ações desenvolvidas principalmente quando administra recursos de terceiros. Pode se frisar que aliar as formas de experiência e gestão do terceiro setor com as técnicas e racionalidade do segundo setor, posteriormente pode se tornar uma alternativa positiva para estas organizações, pois e de maior relevância a ligação desses dois setores.

Vale ressaltar que em meio a esse processo de institucionalização e sistematização, oferece as organizações o reconhecimento das fragilidades e dificuldades do processo tornando possível a correção de caminhos na identificação de

alguma problemática e buscando a melhoria contínua, assim como favorecer na adequação de cada realidade, local onde os projetos são implementados, sou seja, as organizações desse setor em geral, passam por uma série de conflitos, pelo motivo de utilizarem a lógica do mercado no funcionamento de suas atividades, que como sabemos são norteadas por valores voltados a interesse público, com isso melhora a prática de gestão sabendo lidar com a realidade social.

1.2 O trabalho do assistente social nas empresas privadas não lucrativas, diante do projeto ético político da profissão

A partir da forma de inserção e características, o terceiro setor, assim como os conceitos desafiadores, diversifica a sua base de atuação, dessa forma é importante observar em uma perspectiva abrangente na diferenciação das categorias profissionais, numa perspectiva de uma ação interdisciplinar, porém o caráter técnico e profissional do serviço social atende muitas requisições, estas que os setores os quais necessitam, sendo de grande ênfase. No entanto, os instrumentos e ferramentas a serem construídos, frente à administração, buscarem os direcionar as especificidades e singularidades do serviço social, sendo assim, o processo de contra reforma do estado, ocasiona a transferência dos serviços sociais para esse setor, no qual repercute na profissão de serviço social de forma a adentrar com novas funções e competências.

[...] um crescimento de parcerias do Estado com Organizações Não Governamentais, que atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais em áreas como família, habitação, criança e adolescente, educação, violência, relações de gênero, etc. Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, evitando a ampliação do quadro de funcionários públicos. (IAMAMOTO, 2001. p. 126)

No decorrer dessas novas configurações do capitalismo, as diversas e novas demandas, as formas de enfrentamento das expressões da questão social e o surgimento do terceiro setor, dessa forma decorrem frente ao serviço social, novas demandas e exigências ao seu fazer profissional. Nessa nova conjuntura o assistente social é cada vez mais solicitado a atuar frente a esses espaços ligados ao terceiro setor, dessa forma é válido pensarmos na formação do serviço social no seu processo de atuação até a atual conjuntura.

Para ter um melhor entendimento do serviço social à frente do atual contexto e de seus aspectos referentes aos limites e possibilidades postos diante desta conjuntura, tal qual, inclusão no espaço de trabalho do terceiro setor vem como uma das demarcações desse contexto é essencial, em um aspecto breve, situarmos historicamente essa profissão em seu seguimento de evolução, a partir de seu processo de institucionalização enquanto profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho.

Na década de 1990, a partir desse período, nos deparamos a uma conjuntura oposta, onde o estado está supostamente se distanciando da vivência social e encarregando o dever de prestar as necessidades sociais da população, inerente à sociedade civil, por tanto os direitos destinam-se a serem enfraquecidos pelo atendimento filantrópico e solidário, assim como se enxerga que à classe trabalhadora perdi certos direitos conquistados em lutas reivindicatórias, pode-se ver a mudança no espaço de atuação do assistente social.

É oportuno remeter ao processo de renovação do serviço social, na América Latina, conhecido como Movimento de Reconceituação, assim como o Congresso da Virada, nas décadas de 60 e 70 do Século XX e ganha força na passagem para a década de 80, período este que marca o avanço do Projeto Ético Político da Profissão, onde o conservadorismo e o tradicionalismo são questionados e o serviço social adentra nas relações sociais capitalistas, o qual marca as transformações vivenciadas pela profissão.

A emergência da profissão deve sua existência à síntese das lutas sociais que confluem num projeto político-econômico da classe hegemônica de manutenção do sistema perante a necessidade de legitimá-lo em função das demandas populares e do aumento da acumulação capitalista. (MONTAÑO, 2007, p. 33, 34)

A partir desse momento de legitimação, o serviço social ganha a sua identidade profissional, optando por uma autonomia no seu fazer profissional, que mediante esse movimento, demonstrou um posicionamento claro dos assistentes sociais a respeito do intuito dessa profissão na sociedade, superando a visão endógena que prevalece, logo regressando o olhar para o mundo o qual está inserido, de forma a lançar um olhar mais crítico na realidade capitalista o que a determina o projeto ético profissional.

Iamamoto (2012) o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, significou uma situação de análise crítica da profissão refletindo indagações diante das quais seus verdadeiros objetivos, seus fundamentos, conforme

as suas missões ética e política, diante de suas doutrinas nas formas de intervenção e a sua formação profissional.

O projeto ético político, portanto, avança em processo de redemocratização da sociedade brasileira, retrocedendo o conservadorismo profissional, inclusive evidente no serviço social brasileiro, percebe-se o seu amadurecimento no período de 1990, época de que grandes mudanças societárias que atingem a produção, a economia, a política, o estado, o trabalho, a cultura, destinados pelo modo de acumulação flexível e pelo neoliberalismo.

Dessa forma, a partir do que se foi conquistado na década de 80, que contribuirão no avanço da categoria profissional na década de 90, na construção de um projeto ético político profissional crítico, no entanto, esse projeto conquistou e estabilizou sua hegemonia ligada a parcelas de grande ênfase da categoria profissional, porém isso não justifica que este projeto seja o único efetivo na esfera profissional. Sua sugestão de ruptura frente ao conservadorismo na profissão, não necessariamente justifica que tenham extinguido as tendências e perspectivas profissionais conservadoras ou neoconservadoras.

Em meio à categoria profissional torna-se comum a existência de diversos projetos profissionais concorrendo diante da busca por sua hegemonia. O projeto ético político que firmou sua hegemonia na década de 90, encontrou-se diante de desafios postos pelo antagônico projeto societário, visto na ofensiva neoliberal, o qual teve por finalidade torna-se hegemônico no país.

Assim, a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo – cruzada entre nós capitaneada por setores político-partidários autointitulados social-democratas e, mais recentemente, por setores que outrora se reivindicaram de esquerda –, é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contra-mão da história” (NETTO, 1999. p. 19).

No entanto, o atual momento do capitalismo em crise e reestruturação do capital à identidade profissional, centrada em valores e princípios do projeto ético político, no seu cotidiano de ação profissional, sente os reflexos dessa crise no seu espaço sócio ocupacional, a um exemplo específico disso, as ONGs, as quais dão alguns aspectos do cotidiano, desse momento, dessa ameaça. Compreende-se que a profissão em seu processo de ruptura com o conservadorismo diante de raízes um novo *ethos* profissional, o qual traz consigo novas características diante de um amadurecimento teórico, acadêmico, político e ético.

O projeto profissional como processo de ruptura e sua direção sociopolítico se assenta no quadro conjuntural do país a partir: a) das lutas sociais contra a ditadura militar e pela retomada da democracia e seus rebatimentos na esfera da vida social em meados dos anos 1970 até o final dos anos 1990; b) da implantação do neoliberalismo em 1989 com Collor de Mello e que ganha fôlego e consolidação nos dois mandatos de FHC [...] e de sua continuidade no governo Lula [...]; c) na forma de a categoria profissional posicionar-se na luta contra o neoliberalismo em defesa do projeto profissional voltado aos interesses imediatos e históricos da classe que vive do seu trabalho. (ABRAMIDES, 2007. p. 37 e 38)

Vale ressaltar que nesse momento histórico da profissão, na sua apropriação da realidade social, é momento em que a tradição Marxista inicia sua proximidade, ganha espaço na profissão de serviço social sugerindo novas estruturas de apreensão a respeito da sociedade e das relações sociais, trazendo consigo o amadurecimento teórico e metodológico da profissão.

Durante a passagem da década de 1980 para 1990, mesmo ocorrendo avanços nos questionamentos diante dos projetos profissionais interligados a formação profissional, em que certos componentes estiveram construídos e legitimados pela categoria, como o presente código de ética profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93). O projeto ético político da profissão está ligado a um projeto de transformação da sociedade, frente a um plano ideal e prático, isto é, expande diante das contradições econômicas e políticas na dinâmica das classes sociais influenciando exatamente na orientação do fazer profissional.

Os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores que expressam um processo de lutas pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão (IAMAMOTO, 2006. p. 184).

No Brasil, década de 90, o surgimento de ONGs se intensificam se inserem no espaço sócio ocupacional do serviço social exigindo destas novas competências e habilidades profissionais, pode se frisar, que as ONGs não ocupam a idéia de substitutos da intervenção do estado em vista à sociedade civil, mas as do campo assistencialista e desenvolvimentista, porém ao aceitarem essa função de que e de responsabilidade do estado com o meio social consequentemente ocorre uma contribuição para com a privatização e a precarização dos serviços sociais, não havendo uma reação perante a este processo qual muitas vezes é financiadas pelo estado o qual tem parcerias com organizações internacionais as quais prosseguem a mesma linha de raciocínio. O serviço social no terceiro setor tende a sofrer os reflexos

da passagem das políticas sociais e assistenciais no processo de privatização, especificamente para ONGs em relação à diminuição do estado nessa área.

O Assistente social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços por eles programados para a população. Exercer funções tanto de suporte a racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas, o Assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional da “linha de frente” nas relações entre a instituição população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interesses por esse mesmo serviço (IAMAMOTO, 2009. p.112).

A relação existente entre estado (primeiro setor), mercado (segundo setor) e organizações não lucrativas (terceiro setor), compreende-se que a posteriormente uma função de cada setor na formulação e execução de políticas, porém cabe ao estado o direito de prover políticas sociais adequadas e eficientes para o enfrentamento da questão social, dessa forma entende-se que o terceiro setor é vinculado ao estado e não ao contrário.

Iamamoto, (1982) afirma que, durante o seu processo histórico, o serviço social se constitui em um processo de especialização do trabalho coletivo, se insere na divisão sociotécnica do trabalho em suas relações sociais capitalistas, articulando aos processos de produção e reprodução das relações sociais.

No período chamado Fordista-Keynesiano, a intervenção do estado esteve mais visível, diversificando suas bases de atuação de forma que pudesse interferir na atividade econômica de forma a buscar o desenvolvimento econômico e bem estar das pessoas, criando uma relação direta entre os meios de produção e as relações sociais, dessa forma ampliando os recursos para a garantia das necessidades sociais, como, saúde, educação, habitação, formação profissional, social e cultural.

As relações que existem numa época determinada entre as classes da sociedade se refletem na estrutura do poder e no Estado. Se bem que o Estado represente, geralmente, os interesses da classe dominante, ele pode, na prática, muitas vezes, expressar um compromisso entre diferentes classes e frações de classes. Mas enquanto existirem contradições entre as forças de produção na sociedade, ou seja, entre as classes sociais, a luta política das classes terá sempre por objetivo o controle do poder do Estado (VELHO; PALMEIRA; BERTELLI, 1969. p. 136).

Por um lado evidencia-se que a existência daquele espaço profissional ocupacional da profissão organizado sob o caráter da politização da questão social, passa a cessar sob as chamadas organizações sociais, convicto de que o processo e princípios da ajuda da solidariedade que traçam os caminhos e pode levar a

desprofissionalização do atendimento social. Por outra vertente, e visível, que com a diminuição do estado, ocorre posteriormente à diminuição profissional do assistente social diante do processo de diminuição das empresas estatais situadas no âmbito social motivando novos efeitos nos gastos com as políticas sociais, com o espaço de trabalho dos assistentes sociais, entre outros pontos.

A precarização das condições de emprego e trabalho para o assistente social na esfera municipal não apresenta outra coisa senão uma particularidade do processo, mais amplo, de precarização do trato à “questão social” promovido no bojo do projeto neoliberal. (MONTAÑO, 2007. p. 253)

Os profissionais necessitam serem solicitados para se ter em vista, informações concretas e profissionais, diante dos determinantes da questão social e das diversas manifestações com relação ao estado, mercado e terceiro setor, que distingue o papel e o cargo de cada instituição, contextualizando a formação e a efetivação dessas políticas, dessa forma o estado tem o direito de fornecer as políticas sociais apropriadas e eficazes para o enfrentamento da questão social.

Ao constatar a atual retraída do Estado nas suas responsabilidades de responder às seqüelas da “questão social”, diminuindo e precarizando as políticas sociais e estatais, as avaliações sobre as repercussões e rebatimentos disto na profissão são diversas e contraditórias segundo se parte de uma ou de outra interpretação da relação serviço social/política social. (MONTAÑO, 2007. p. 245)

O profissional de serviço social tem a responsabilidade de apoiar e auxiliar o setor administrativo da instituição, realizando e estimando o plano gestor institucional, o qual tenha um processo na busca de estratégias, projetos e referências no processo direcionado as organizações de terceiro setor, o profissional pode desenvolver projetos para intervir com os usuários da instituição, com a finalidade de definir o perfil de determinada sociedade, possibilitando a intervenção de projetos sociais. Portanto essas atribuições profissionais, essas demandas de assistentes sociais, nesse novo espaço de atuação tem o propósito, de esses profissionais atuarem na gestão de programas sociais, na formulação e avaliação de políticas sociais, há uma considerável propensão de progresso dos cargos sociocupacionais do serviço social para a meta de gerências e programas sociais, o que de certa forma exige do profissional o domínio e manuseio de conhecimento e saberes.

O serviço social tem sua regulamentação propriamente dita como profissão liberal, porém não necessariamente, atua dessa forma, pois geralmente na maioria dos seus espaços de trabalho requer recursos financeiros e humanos para a execução

das atividades desenvolvidas em determinado espaço, estes são atributos relevantes na inserção do profissional em meio ao mercado de trabalho, vimos que as políticas sociais participam da transferência em que o estado realiza por ser o principal alvo na passagem da responsabilidade para a sociedade civil, sendo evidenciadas e perdendo sua maneira de materialização nos direitos para intervir diretamente nas sequelas da “questão social”, estratégia prática da teoria neoliberal.

Se na primeira perspectiva a realidade deve-nos impulsionar ao enfrentamento do projeto neoliberal de recorte da intervenção social do Estado, combatendo todo tipo de apatia e resignação, no segundo caso somos convocados a aceitar como um dado às mudanças do Estado e nos concentrarmos na busca de novos espaços de intervenção profissional, de novos instrumentos de ação, de novas “funções”. (MONTAÑO, 2007. p. 247)

No atual contexto, nota-se as mudanças ocorrentes nos campos do trabalho e do trabalhador, a inserção da tecnologia, e conseqüentemente a questão da substituição da mão de obra humana por a mecânica, o acirramento da “Questão Social” e a diminuição do acesso às políticas sociais, causalidades que refletem na vivência da “classe que vive do trabalho”, pois estes são os principais receptores das políticas sociais, sendo assim essas políticas ocasionam a mediação entre estado e classes sociais.

Montaño (2007) as políticas sociais estabelecem a consolidação e mantimento do serviço social, criando o seu espaço ocupacional, estas políticas são alteradas ou afetadas acerca do contexto socioeconômico e político, o serviço social também irá, posteriormente sentir as transformações ocorrentes, as quais atingem as suas práticas profissionais.

O profissional se vê diante de uma realidade onde ocorre a questão da insegurança do emprego, onde as formas precárias de contratação, diminuição ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas situam estas que perpassa por toda, uma camada da esfera social, dessa forma decorre a intensificação com o trabalho, baixos salários, condição de desenvolvimento com resultados imediatos, entre outros, são causalidades que permeiam em meio ao capital a vivência de todas as classes e por as classes subalternas serem as principais a sentirem o impacto da precarização de recursos, reflete na atuação profissional por ser o principal instrumento de trabalho do assistente social, se os serviços estão precarizados conseqüentemente a sua base de atuação, posteriormente estará.

Diante desse paradigma, nesse contexto da atuação profissional do assistente social diante do terceiro setor, vimos que a duas realidades a serem ligadas, primeiro, as questões sociais não determinadas pelo Estado do Bem Estar Social – Welfare State e as demandas sociais de que o segundo setor repeliu em suas típicas restrições. Envolve a filantropia empresarial e os financiamentos de agências nacionais e estrangeiras, o viés de empresas que atribuem na gestão de conhecimentos e metodologias para retroceder a ausência do subemprego, mau crescimento da economia da sociedade e o desemprego.

Em uma segundo, a realidade e exatamente a questão do compromisso para com as pessoas inseridas, em condição de usuários, dos serviços do terceiro setor e as relações que estabelecem uma nova forma de gestão nas organizações sociais, a gestão interativa, observando não a donos/acionistas, desses espaços, ou seja, que não visam os lucros. O terceiro setor deu visibilidade a espaços na sociedade e demonstrou a integração entre primeiro e segundo setor, transparecendo a importância desses vínculo, por ações que se adaptam a ações públicas e privadas e ao se falar de políticas sociais que são essenciais para a formação efetiva de gestores sociais e no aumento de facilitadores de equipe.

A conjuntura a qual se caracteriza no Brasil, posteriormente após década de 1990 é descrito pela focalização, precarização e privatização das políticas sociais, fragmentar os mecanismos de refilantropização e mercantilizarão, tendo uma intervenção clara da sociedade civil em torno de divergências das mazelas da questão social através do terceiro setor, o que traz diversos efeitos em meio aos direitos sociais, em diversas profissões e no cotidiano da vida dos usuários.

O terceiro setor está em uma posição de grande visibilidade em meio social, é um fenômeno da atualidade é notável pela não diferenciação à sociedade civil, tal qual tem a finalidades de abalar a centralidade das lutas de classes e desfazer os elementos reais destas lutas sociais estabelecendo a sociedade civil como homogênea, e engajando se em novas formas de enfrentamento da questão social que são frisadas na autoajuda, ou seja, o voluntariado, solidariedade e na responsabilidade social, contudo, toda esta lógica funcional à ideologia neoliberal, uma vez que se adaptam as causalidades de reordenamento do capital.

Netto (1992), em todo esse contexto na formulação desse setor, estabelece mais um espaço sócio ocupacional na caracterização da atuação do assistente social em meio ao mercado de trabalho deliberado por um conjunto de chamados

específicos que condensam diante de condições sociais, históricas e particulares que requerem de uma intervenção distinta e crítica de um profissional do serviço social.

No tocante das ações desenvolvidas por os assistentes sociais nessas instituições do terceiro setor pode se ressaltar a questão do encaminhamento de usuários que demandam serviços não disponíveis pelas instituições do estado, portanto, o profissional executa seu trabalho em diversas instituições desse setor, isto se dá através de variadas parcerias existentes entre entidades filantrópicas e entre estas e o estado, assim, como também, a questão da capacitação de voluntários.

Apesar de que as reflexões diante do trabalho do profissional se estendem sobre o ponto de vista de críticas que explanam o possível surgimento e expansão de um terceiro setor na sociedade relacionando a filantropização das respostas dadas as expressões da questão social, entende-se que tal “espaço” inclui profissionais de variadas categorias, dentre elas, assistentes sociais.

Igualmente, demonstra-se que tais áreas o trabalho feito por profissionais do serviço social ocorre por maior da filantropia o que provavelmente justifica para certos analistas a (re) filantropização do serviço social, retratando um regresso as práticas caritativas e voluntaristas da profissão, porém, diante desses questionamentos, Montaño nos chama a atenção para certas observações, as quais valem ressaltar nessa análise conceitual.

Se entendermos a emergência do Serviço Social como produto histórico, síntese de lutas de classes condensadas no projeto hegemônico burguês, quando o Estado toma para si a resposta das seqüelas da “questão social” e dentro da divisão sociotécnica do trabalho, a tese de o Serviço Social evoluir (como organização e profissionalização) da caridade e da filantropia é rejeitada; não há evolução ou continuidade direta entre filantropia e Serviço Social, e sim ruptura, descontinuidade. Neste sentido, a reforma (neoliberal) do Estado não promove uma “refilantropização do Serviço Social”. Se este último não surge, não evolui daquela, mal poderia retornar àquilo que nunca foi. Não há, portanto, uma passagem paulatina de práticas profissionais dos assistentes sociais para práticas filantrópicas dos mesmos. O que se processa, na verdade, é uma perda do espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais, que deixa lugar a – porém não evolui em – um aumento das práticas filantrópicas (MONTAÑO, 1999. p. 73).

Dessa forma temos um esclarecimento de que, não é o serviço social que volta a propagação da filantropia, visto que, retratado com as análises postas pelo mesmo, repele a conclusão do aparecimento da profissão ligada às práticas filantrópicas, porém o que se percebe, (a fim de frisar o Projeto Burguês na sociedade, na qual todas as relações se flexibilizam em ênfase as relações de trabalho) é uma orientação de

um âmbito prático ocupacional do serviço social, no qual se certifica diante da retirada do estado o aumento da filantropia por instituições da sociedade civil.

Portanto, tendo em vista que, apesar do cotidiano da ação profissional demonstrem aspectos que dificultem o trabalho, e a criatividade a missão profissional, bem como a aptidão de reconhecimento crítico da realidade que fornecerá ações reflexivas interventivas, no qual o trabalho profissional se sobressai do âmbito do pragmatismo e do mecanismo diário para atingir o nível de práxis, sendo esses feitos propositivos e indicadores da transformação social.

CAPITULO 2 – EXPANSIONISMO DO TERCEIRO SETOR: O CRESCIMENTO DAS ONGs EM UMA NOVA CONJUNTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo a discussão se desenvolve em torno da ampliação das ONGs em meio social, notando se a propagação em torno do terceiro setor e a diversificação desse universo, a visibilidade diante da diversificação e ampliação dos campos das ações profissionais, assim como as ações voluntárias.

Posteriormente, a política neoliberal, demonstra se constantemente na ampliação desse universo que é o terceiro setor em um destaque que tende a impulsionar a sociedade civil à frente dessa esfera social e o desenvolvimento deste de maneira organizada.

A questão da profissionalização abrange um destaque para o serviço social em seu desenvolvimento em meio ao terceiro setor, porém dando ênfase em suas ações em ONGs, onde encontra se novos contornos em seu fazer profissional em sua flexibilização e constante qualificação.

Por fim, apresenta se uma discussão acerca das ações voluntárias, onde esta surge como uma forma de enfrentamento da questão social, porém em alguns casos, pode se notar, que este de inicio, trás consigo uma precarização do trabalho profissional do serviço social, dessa maneira reflete a alterações nesse contexto da categoria profissional, mas fortificando o projeto societário.

2.1 Diversificação das ONGs frente a uma nova política neoliberal diante de um “Novo Estado”

Diante da decorrência do terceiro setor, a caracterização de cada um dos seus espaços, a visibilidade frente a uma diversidade de campos de atuação para os profissionais, as ONGs assim como, os movimentos sociais em meio ao cenário brasileiro, tem se demonstrado como alternativas para o exercício da cidadania - as ONGs tornam-se de grande visibilidade em seu processo histórico no Brasil, indica a presença de fatores políticos, culturais, econômicos e sociais.

Durante os anos 90, assim como em outros países da América Latina, ocorreu um grande crescimento das ONGs, de formas diversificadas, contextos e eixos de ações, se organizaram, diante de quesitos ligados ao meio ambiente, cidadania, solidariedade, e etc. Não se pode explorar de forma homogenia tais processos, visto

que, as ONGs tem muitas distinções entre si, sob a diversidade do campo de desenvolvimento de suas atividades, concepções políticas, objetivos, extensões, entre outros.

A década de 90 é um momento em que o Brasil passou por uma situação em que ocorre a reforma do estado, sob a base do projeto neoliberal, em meio as ONGs, esse cenário se consolida em uma ampliação desse universo de organizações compostas por um deliberado tipo de ativista social, de profissional da política. São os novos traços de políticas públicas, e orçamentos participativos os quais propagam pelo país. Pesquisas indicam que as ONGs realizavam parte ativa, conforme sendo, sociedade civil, em tais campos, as quais surgem no regime autoritário, de costas para o estado, consideram, em qualificar se, para o desenvolvimento de políticas públicas diante da democratização.

Na década de 1990, o anseio pela democracia possibilitou o aumento do número dessas organizações, para construírem um tecido social favorável à implantação de um projeto democrático no PIS. As ONGs apareceram “como atores com voz própria, articuladas horizontalmente com as demais instituições que lutam por uma sociedade democrática” (PONTES, 1998. p.133).

As ONGs se ampliavam na medida em que, posteriormente os movimentos sociais perdiam seu impulso mobilizador e incorporaram uma política integradora, transversalmente de parcerias com o domínio público. No Brasil pode se destacar a presença da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). A ABONG surgiu em 1991, a qual tem como objetivos centrais fomentar o intercâmbio entre ONGs e retratar coletivamente essas organizações unido ao estado e a outros atores da sociedade civil.

Ferreira (2005) a instituição igualmente afirma que age na área pública e unido a governos em defesa da identificação e da legitimidade de atuação das ONGs, conforme, instituições de serventia pública envolvidas com os interesses da cidadania.

A diversificação e aumento de sujeitos no campo da influência social privada vai reconfigurar, então, identidades e colocações assumidas pelas ONGs na sociedade brasileira. As mudanças atuais em meio aos movimentos sociais, e o ponto de vista de que ocorrera uma dificuldade nesses movimentos, semelhantemente leva a indagações sobre a representação das ONGs, posterior a seu contexto recente, nos deparamos com questionamentos, de que estariam tais organizações obtendo espaços dos movimentos sociais frente à sociedade, então, contribuindo com sua

debilitação? Um quesito igualmente colocado na agenda posterior da primeira década dos anos 2000 é a simples renúncia, por diversas justificativas, do financiamento internacional que em considerável parcela vem cooperando para a sustentação material e política das referentes entidades.

Portanto, existe nesse sentido, uma procura de bens públicos para a representação das ONGs, o que vai alterar seus vínculos com a sociedade e o estado, suas formas de comando e de prestação de contas, principalmente em um âmbito no qual se tem a ausência de uma legislação e organismos Institucionais ajustados e próprios para tal. A legitimidade das ONGs é uma questão que tende a modificar entre esses processos, portanto, como elevam se cada vez mais questionamentos, teorias e políticas, diante de formas classificadas de exibições políticas assumidas, realmente, por essas organizações que não se compõem de seus sócios. Tais questões são tão mais essenciais, quanto é relevante a participação de ambientes públicos da sociedade brasileira, das estruturas organizacionais expostas.

Pinto (2006) destaca se que a natureza oscilante das organizações da sociedade civil, é conveniente tanto em razão dos temas tal qual se estruturam, como de sua incerteza financeira, uma vez que resistem mediante aos programas subsidiados por organizações internacionais, colaboração internacional através de países, e transversalmente por o estado ou por o próprio mercado.

As ONGs, pode se afirmar, são os aspectos mais evidentes em relação ao terceiro setor, porém, são somente uma das quais as ações conjuntas integram, mas, as próprias ONG's, diferenciam se com as mesmas, em relação ao desenvolvimento de suas atividades seus objetivos, como, projetos, formas de atuação e ação coletiva, o padrão que adotam para o desenvolvimento de participação, e fundamentalmente o objetivo político – ideológico que reforçam suas práticas.

Contudo, a formulação das ONGs, pautam se em uma visão de realidade e posteriormente a aquisições neoliberais, ficando fundamentos que agregam uma forma de desenvolvimento para a construção de um cenário voltado para benefícios de determinados lados ligados a todo o terceiro setor, a política neoliberal resulta na grande ampliação das mais diversas organizações desse setor, pois a sua visão tende a reduzir ou eliminar a intervenção do estado e a reconstrução do mercado, dando destaque à lógica da sociedade civil e do mercado diante da área social, frente a esta lógica, a desregulamentação, a flexibilização dos vínculos trabalhistas e a

reorganização produtiva substanciam a reforma do estado, com a desresponsabilização da intervenção social.

Landim (1993) afirma que, o terceiro setor, retrata diante das ONGs um papel o qual lhes é concedido através do ponto de vista liberal ou permitido pelo estado, discorre assim, de motivo de disputa de definições.

Frente ao neoliberalismo as ONGs se encontram com uma funcionalidade de se estar estabelecida em duas esferas, na prática de caráter filantrópico, aperfeiçoada por tais organizações e nos valores colaboracionista dispersa por ela. Diante desse duplo papel, as ONGs reagem de forma muito produtiva a duas necessidades presentes do capitalismo, a remoção de direitos, alterando por, a autoajuda e por a caridade, e a desmobilização da organização e da luta dos trabalhadores. Desta maneira, é arruinada a resistência e são garantidos os quesitos para a emancipação para com o mercado, assim como, para a reprodução do capital.

De forma que, à questão da teoria neoliberal, tem se, sua articulação dentre o desenvolvimento da sociedade civil, que ocorre de forma organizada, o qual dispõe de novos agentes e novas agendas, isto é, traz uma representatividade de diversos níveis da população através de grupos e aquisições distintas, posteriormente, pode se ver que as ONGs desempenham um papel de “Representantes da Sociedade Civil”, de forma que, essa representatividade surge com um aspecto de fomentar diversas condições excludentes que a sociedade convive.

Como se sabe que as ONGs se incorporam no meio social, partindo da visão neoliberal frente ao estado, ao longo do processo é nítido considera o desafio de dispensar se de um aparato político ideológico, e em seguida, adentrar no estado, dessa forma, se encontra, em um momento de dependente financeiro deste, o qual passa a ser utilizada como meio mais econômico por seguimento do governo.

Para Armani (2006), com esse crescimento, as ONGs e as parcerias efetuadas com governos e participação da sociedade civil, favoreceu na fortificação das oportunidades. Contudo,

representa novos desafios no tocante a maior exposição pública e a maiores exigências quanto à qualidade técnica do seu trabalho. [...] As ONGs brasileiras têm sido confrontadas com o desafio de garantir que sua intervenção concreta específica resulte na elevação da qualidade de vida da população e ao mesmo tempo promova um novo modelo de desenvolvimento para o país (ARMANI, 2006. p. 6).

Ao analisar aspectos e atividades desenvolvidas pelas ONGs, nota-se que estas se estabelecem no ambiente da reforma do estado, tal qual, de maneira extensa, consente um moderno trato às necessidades do país. Apesar da designação usada, ocasionam a simultaneidade de duas formas de políticas: As políticas sociais estatais precárias, as quais são ainda realizadas através do estado, demonstram revestimento escasso, afora de tolerar diminuições em quantia, qualidade e versatilidade, também temos as políticas privatizadas, as quais são resultados de dois processos, a remercantilização, reporta-se a mudança de serviços sociais rentáveis em mercadorias disponibilizadas, compradores, conforme uma nova maneira de adequação da mais-valia de trabalhador, a refilantropização, adequada no atual momento o processo determinado na reforma, como publicização.

Montaño (2007) reporta-se à transição para o terceiro setor o serviço de acompanhar parcela da população a qual encontra-se à vista pela assistência do estado e que não obtém uma conexão com os serviços privados.

Com a integração pelas ONGs de ações anteriormente atribuídas ao estado, ocasiona-se, a mudança de um exercício frisado na concepção de direito e de cunho estatal, em ocorrência de aparência filantrópica e evidenciada. Contudo, mesmo se demonstrando de forma contraditória, o estado atua diante do raciocínio do direito público, sendo por sua natureza, o único apto de possibilitar a passagem universal a programas e projetos sociais. Entretanto as organizações privadas movimentam-se através de interesse de certos grupos, cooperando na seletividade do acolhimento.

Diante a tais questões, não se refere a uma simples transferência de cargos de uma área para outra, visto que a própria natureza da ocorrência desenvolvida se altera expressivamente, reproduzindo-se em consideráveis perdas de conquistas democráticas com a classe trabalhadora. No que se reporta ao pensamento difundido pelas ONGs, nota-se que, com sua ligação à estrutura oficial, o estado, designa a autonomia de tais organizações.

Em outra vertente, essa vinculação de parceria gera a visão de que exista um atual processo de mudança democrática, o qual chega a induzir também certos setores da esquerda. Na verdade, o que acontece é a junção de alguns grupos aos impactos de ofensiva neoliberal diante das políticas sociais. A comunicação tem acontecido somente em semelhança a aspectos curtos da política, permanecendo além da fiscalização sobre os processos mais abrangentes da vida política.

Assim, então, a denominada publicização opera como uma designação ideológica ofertada, à transição de questões públicas do dever estatal para o terceiro setor, saqueia sua verdadeira motivação, diante da figurada eficácia da sociedade civil, destituir o capital dos gastos sociais além de recuá-las do campo democrático estatal e da gestão, resignando o direito público, para o campo do direito privado e da filantropia. Com a materialização de tal ideologia as ONGs causam a desmobilização das lutas sociais, de forma que, essas organizações ocasionam uma despolitização dos usuários de tais serviços, cooperando, portanto com a neutralização da oposição ao neoliberalismo.

Petras (1999) no processo em que encaminham as determinações das sociedades para projetos de autoajuda, ao invés de mudanças sociais a abertura de uma oratória de uma ordem colaboracionista.

Então, entende-se que o debate hegemônico sobre o terceiro setor como prático à reorganização do capital, no andamento em que, contribui na formação de respostas às sequelas da questão social, requerendo a ausência de direitos de cidadania, a precarização e focalização de políticas sociais e a mercantilização e refilantropização da questão social, atingindo fortemente, os setores mais carentes, assim como, os trabalhadores.

Posteriormente, pode-se afirmar que, os mais relevantes feitos das práticas da sociedade civil nos anos 90 no Brasil, não consideram nenhuma pauta em relação à redução da miséria, centrais efeitos fluem da intervenção de seus atos na realidade do país, como sendo um aperfeiçoamento político cultural, colaborando para uma atual cultura política que diminua a luta de classes e mantenha um possível empenho universal.

O núcleo temático desta cultura é a socialização da idéia de que a crise afeta indistintamente toda a sociedade. Enfim, uma visão socializadora da crise que desqualifica, do ponto de vista político-econômico, as posições antagônicas das classes, ao mesmo tempo em que constrói um modo de integração passiva à ordem do capital. (MOTA, 1995.p. 108)

No entanto, a diversificação das ONGs se torna cada vez mais visíveis, com aumentos consideráveis, nos mais diversos níveis da sociedade, em decorrência do ampliamiento do seu campo de desenvolvimento, para muitos usos, é oportuno chamar de organizações não governamentais, alguns se formariam como associações e desde um grupo social que, diante de seus oponentes, tendeu a optar por o que lhe convêm, ou seja, seus interesses. Essa é a situação dos sindicatos, que buscam reunir

uma parte superior de cada camada da classe trabalhadora, conseguindo ser consideradas associações de forma gradual.

Outras, diversas associações determinadas pelo trabalho se estruturaram, porém, ao redor do prestígio, da confiabilidade, da precaução e do crescimento de um entendimento profissional, a um modelo de associações técnicas e científicas ou profissionais liberais. Outras se desenvolveram por praticantes ou pessoas que contemplam certos assuntos ou iniciativas, como as artísticas e as esportivas.

As ONGs, em sua maioria, não conseguem ser observadas como associações de grande escala, pelo motivo de que poucas filiam milhares de pessoas, existe também uma elevada separação, improvável de se estabilizar na prática. Na proteção de um grupo social vulnerável, as ONGs conseguem ser indiferente à propensão de tal grupo começar a agir autonomamente, ou conseguem, mesmo, continuar de forma a convencê-lo em sua vulnerabilidade, embora o auxiliem

na América Latina, ONGs são consideradas uma classe especial de organizações dedicadas ao “desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e defesa de direitos” e “não se confundem com entidades comunitárias e de auto-ajuda, com centros de pesquisa, fundações e entidades filantrópicas de corte tradicional” (OLIVEIRA, HADDAD, 2001. p. 63)

Diante de todo um contexto de consolidação e ganho da legitimidade das ONGs, a partir da precariedade do urbano e grande déficit habitacional efetivo, pode se dirigir a uma análise sobre a ONG diante da reconstrução do âmbito histórico, econômico e social que consentiu essa legitimação. De forma que a política habitacional, compreendida como atividade pública a qual busca efetuar o direito à moradia, primeiramente entendida como, política de bem estar, ocorreu do discurso universalista dos direitos fundamentais, com o raciocínio de seletiva do mercado, reproduzindo os paradigmas de acumulação capitalista

nesse novo cenário, a sociedade civil se amplia e passa a se entrelaçar com a sociedade política. desenvolve-se então, o hoje onipresente espaço público-não-estatal, onde irão situar-se “as parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais”. (GOHN, 2008. p. 77)

Em uma proporção e variações cada vez maiores, as ONGs, estão postas as mesmas condições e limitações vistas em instituições burocráticas, à medida das ações decisórias, percebem se cada vez mais hierarquizados em uma situação de responsabilidade cada vez mais limitada ao cargo exercido. as adequações das novas práticas gerenciais inerentes das empresas lucrativas e as aplicações intensas de

tecnologias de comunicação fragilizam o caráter de igualdade e participação democrática no andamento de tomada de decisão das ONGs.

Sendo assim, as ONGs ganham cada dia mais visibilidade, os grupo militantes envolvidos nas causas sociais dá lugar para a aderência de profissionais específicos para determinadas áreas, onde se incrementa a captação de recursos de concordância com uma elaborada estratégia profissional de marketing e a participação dos projetos, principalmente em condições emergência social, o qual requer uma mobilização de um intenso afetivo humano.

2.2 A expansão do serviço social e desenvolvimento das ações voluntárias no terceiro setor

Diante de todo o processo de caracterização e constituição do terceiro setor, em sua continua e diversificada consolidação a qual abrange no cenário brasileiro, contudo, destaca se a importância das diversas categorias profissionais atuantes nesse setor numa perspectiva de ação conjunta nas instituições, porém o caráter profissional e técnico em que o serviço social dispõe a tais setores que precisam, tendo grande ênfase em seu trabalho desenvolvido é de uma ampla relevância e responsabilidade, dessa forma pode se centralizar o serviço social dentre essa ampliação.

Em meio a esse universo amplificado do terceiro setor, o serviço social, no âmbito das ONGs, se encontra em novos contornos diante da sua ação profissional, reforçando condições no fazer profissional, como, flexibilidade, qualificação, criatividade, sendo requisitos fundamentais, cheios de utilidades e definições em uma conjuntura de crise mundial do capital, assim como o crescente expansionismo das mais diversas áreas de desenvolvimento na sociedade, como habitação, criança e adolescente, educação, relações de gênero, violência, entre outros.

Destaca se, também, a questão das políticas sociais, como resposta do estado para com as expressões da questão social, isso requer afirmar que se elas alteram suas direções e funcionalidades, por seguinte, ocorre redução e precarização das mesmas, as quais vão refletir de maneira negativa diante da profissão, sendo estas em potencialidade, segmento do instrumental, o qual irá mediar o desenvolvimento profissional do (a) assistente social em meio à sociedade.

Oliveira (2005) apesar de tal realidade já vista, o incentivo a ampliação das práticas como o voluntariado, simboliza também a ampliação do terceiro setor como um espaço recíproco, estando tal qual estimado pelo discurso neoliberal, conforme, a ocupar certo espaço do estado em meio social.

Visto que este trabalho e ações desenvolvidas no terceiro setor se refletem de cunho filantrópico, as quais traz certa descaracterização das políticas desenvolvidas pelo estado, como também a questão da valorização da iniciativa da ação voluntária, trazendo uma nova visão em seu trabalho desenvolvido, sendo que a filantropia em sua origem tem apreço à humanidade, procura colaborar para a estrutura de uma sociedade mais justa e igualitária por meio do voluntariado.

Contudo, diante da profissão de serviço social a ação voluntária, como se sabe o voluntariado surge como uma nova estratégia de enfrentamento da questão social, por outra vertente se ver como a precarização do trabalho profissional, o qual poderá refletir em uma recepção precarizada, em que vários casos, o profissional será o único auxílio institucional no atendimento aos usuários, então de maneira conservadora sobrarão ao profissional apenas uma “escuta atenta”, acolhimento, suporte, diversas vezes por doações, se afastando da área de direito, sem nenhuma ligação com a estrutura teórica – metodológico o qual se associa o projeto profissional.

Em meio à sociedade, é comum, de se deparar com espaços filantrópicos, o qual o financiamento das ações avançadas em parcelas da participação social, das mobilizações em espaços particulares. Por vezes, tais Instituições vão desenvolver ações fragmentadas no âmbito social, no entanto, os benefícios promovidos, por estas, estão guiados para a maneira reservada de solidariedade.

Dessa maneira, demonstra se, que tais alterações no âmbito social não refletem somente na categoria profissional dos (as) assistentes sociais, porém revela o fortalecimento de projeto societário que ao redimensionar as maneiras de reagir frente às expressões da questão social, modificando a mesma a ser contestada mediante da mercantilização e filantropização, oculta a concepção de direito social, tal qual se caracteriza como enorme perda para a classe trabalhadora, dessa forma, questiona se, o que pode favorecer ao profissional de serviço social um apoio para defrontar as estratégias neoliberais, as quais se estabilizam a ausência de direitos e a desumanização do ser social? Onde possa esta limitada a práxis profissional do (a) assistente social? Frente a este contexto de oposições, o profissional deve procurar através da qualidade, do conhecimento e estudo crítico da realidade, estratégias o

qual propicie encarar o projeto neoliberal para justificar se mediante a orientação devastadora do meio social.

Ressalta se, a relevância do projeto ético político da profissão, conforme limita a sustentação, os atos direcionados a classes menos favorecida. É diante da ação profissional conduzida por um projeto crítico, este que o profissional irá se contradizer a realidade societária, verificando e certificando os valores em que encontra se inclinada para outra forma de projeto de humanidade.

A formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional (GUERRA, 2007. p. 9).

Entretanto, a imposição do manuseio de conhecimento surge como definições essenciais em meio ao processo das ONGs, sendo valorizados os conhecimentos sobre o local em questão, em sua atuação particularizada, uma análise social sobre o público alvo, não deixando dispersos a predominância dos requisitos administrativos financeiros, o que legitima o pedido sucessivo de profissionais, para integra-los em meio à gestão e a coordenação institucional.

O fortalecimento do desenvolvimento da ação profissional do assistente social, frente a outros profissionais de diversas áreas, formando em equipes multiprofissionais em ONGs, pode agregar para o absorvimento de particularidades profissionais, particularmente quando este profissional se afasta dos questionamentos e reflexões inerentes ao serviço social.

Iamamoto (2001) é preciso revelar, principalmente nesse espaço sociocupacional denominado ONG, no qual a equipe, ao ampliar ações coordenadas, gera uma autenticidade diante dos participantes, sendo este que orienta a se desfazer de seus profissionais.

São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças. Em outros termos, a equipe condensa uma unidade de diversidades. Neste contexto, o Assistente Social, mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações (IAMAMOTO, 2001. p. 41).

Um seguinte aspecto a pensar, a denominada “confiança”, de forma que, uma vez depositada pela instituição no trabalhador para a execução das suas ações profissionais, ocorreria de forma a dar mais acesso para aderir à forma autonomia da

profissão. É essencial frisar que a segurança que é adquirida na ONG, posterior de um método consecutivo de competência e qualidade do trabalho cumprido, seguindo aos alcances da Instituição, isto é, são avaliações objetivas e concretas que determinam tal segurança institucional, não exibindo o vínculo direto com a questão da autonomia.

É fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2009. p. 353).

Em meio a todo um contexto e processo histórico de construção dos espaços em que se propaga o terceiro setor, o desenvolvimento do serviço social em meio as ONGs torna se cada vez mais vigente, assim como, é de grande ênfase explanar a ação voluntária, a qual é de grande relevância em meio ao terceiro setor, mesmo que este não seja uma atividade nova, mostra se atualmente de forma, organizada, sistemática e formal, os interesses para a ação do voluntário são vários, a partir de uma necessidade particular do que se habitua nomear de “fazer o bem”, ligado a questões religiosas, podendo até mesmo ser referido a causas particulares, conseguindo com esta ação, assumir uma maior característica militante.

Contudo, embora estes interesses estarem distintos, e de que, enquanto no trabalho remunerado a junção surgiu através de um contrato, e no voluntariado se forneçam por diversos meios os quais não são formais, à uma forte propensão no atual momento em profissionalizar essa ação, com o propósito de verificar e até mesmo otimizar as resoluções que tal prática ocasiona.

Nessa direção, discorre que, de uma maneira mais preparada e encaminhada, tornaria provável articular tal trabalho em vínculos de parcerias, gerando uma troca de informação e instalando áreas em que seja reconhecida por descrição e responsabilidade, a qual orienta. Certos questionamentos visam que, até que questão essa profissionalização tem o manuseio de ser ampliada em meio ao universo do voluntariado sem detalhar o caráter natural e sem produzir mais oposições e desconfortos no processo de estruturação dessas ações.

O voluntariado tem por base fatores motivacionais, grau de implicação e expectativas distintas dos padrões presentes nas relações salariais tradicionais e por isso deve ser gerido de uma forma específica. A atitude dos assalariados, por sua vez, é marcada por um grande investimento pessoal no trabalho.[...] para estas pessoas (o voluntariado) o trabalho é uma fonte de satisfação e engajamento pessoal, contrariamente à visão mecanicista e impessoal do trabalho apresentada pelas teorias tradicionais da administração (ANDION, 2003. p. 12).

No atual momento, se confere como profissionalização do trabalho voluntário, compreende-se não só o conceito de uma ação organizada e direcionada para práticas organizacionais, contudo, também o que relaciona ao seu exemplo de gestão estimado. A aplicação de métodos gerenciais que consentem a conquista de excelentes resultados organizacionais posiciona o questionamento sobre o trabalho voluntário em uma área bastante regulamentada.

O voluntário é, na concepção que prevalece nos dias de hoje, o cidadão que, motivado pelos valores da solidariedade e da participação social, doa seu tempo, seu trabalho e seus talentos, de modo espontâneo e não remunerado, para causas de interesse comunitário, humanitário e social. A construção da cidadania apresenta-se como parte das motivações para que os cidadãos assumam responsabilidades sociais na vida em sociedade (YAZBECK, 2000. p. 420).

Atualmente, as ações voluntárias vêm sendo percebidas como algo que ultrapassa a maneira assistencialista para uma influência mais profissional, organizado de um aspecto racional e justificado em resoluções. Diversas organizações do terceiro setor, ao se expandirem e desenvolverem suas ações se sentem pressionadas a atenderem aos requisitos econômicos políticos sociais no âmbito em que estão introduzidas, incorporando as técnicas gerenciais adquiridas por empresas tradicionais ou as quais se demonstram em evidência no mercado. Outras, ao procurarem um jeito próprio de administrar, sofrem com os obstáculos enfrentados por se encontrarem com uma moderação entre estado e sociedade civil, o que requer a inevitável capacidade de um agenciamento de métodos diversificados.

Um ponto essencial, diante desse questionamento é como adaptar as habilidades e experiências do voluntário às necessidades sociais, esta que a organização se emprega a atender, nesse sentido, permanece um cuidado em não promover divergências referentes às orientações e convicções do voluntário e os objetivos dos trabalhos organizacionais, sendo um dos consideráveis desafios da organização, depara-se em otimizar e direcionar tal informação e esforço do voluntário referente a recepção de suas demandas.

Assim como existem as pessoas que desenvolvem um trabalho voluntário, empresas também tem se despertado para essa ação, denominam essa iniciativa de voluntariado empresarial e discutem que o seu progresso tem se apresentado mais estável do que aquele executado por pessoas físicas. Claramente, os motivos para o acordo de empresas em causas sociais, conseguem ser bem mais incontestavelmente vinculadas ao interesse de reconhecer a organização diante da comunidade em que atua

aqueles que buscam nesta atividade uma experiência profissional estão preocupados com o mercado e não com a condição humana, revelando individualismo utilitarista em vez de solidariedade. A ação social é apresentada como bem de consumo para a felicidade individual, mais do que como dever moral com o próximo. (CAMARGOS, 2008. p. 78).

Apesar de mesmo que os motivos para que as empresas se contornem em meio social com programas de voluntariado empresarial aparentam de forma prática, as sugestões de motivações conforme nas pessoas que desempenham o voluntariado, conseguem ter resoluções bem mais comprometedoras frente às organizações não governamentais as quais dependem desse domínio e força de trabalho, certo que, se não ocorrer um mínimo de partilhamento de valores através do voluntário e da organização, ou a ação por ela defendida, incertamente acontecerá o envolvimento indispensável para que as ações cotidianas sejam exercidas, elaborando de forma que as pessoas cedam o trabalho na primeira objeção que surgir.

Camargos (2008) com resultado, o componente indispensável do trabalho voluntário é a realidade de ser ministrado de maneira gratuita e em identificação com as propensões em meio ao trabalho e a entidade, a qual se desfruta de tal trabalho. Ao contrário, os dois demonstram interesses comuns na referente atividade e juntam esforços para alcançar os mesmos objetivos.

A ação voluntária na contemporaneidade é incentivada em grande intensidade, através do estado funcional ao sistema capitalista, assim como através da particular conjuntura neoliberal, na busca inerente pela conservação da hegemonia da classe dominante. Portanto dessa maneira, segue se do princípio referente ao incentivo estatal o qual contribui com certa relevância para a ampliação do voluntariado na atualidade, desmontando direitos alcançados, dispensando o capital da responsabilidade com a origem da questão social.

No atual momento em que se encontra o capitalismo, ocorrem novas manifestações da questão social e, dessa maneira, o projeto neoliberal que anula a situação de direito das políticas sociais e assistenciais no decorrer em que a responsabilidade social é alterada para a esfera privada, isto é, frente às instituições do terceiro setor, externo do estado e posterior da própria sociedade.

Desta maneira, esse novo modo, designado de “parceria”, possibilita as ONGs de participarem da efetivação e cogestão de políticas públicas, e então, após esse momento, em que se torna um ator principal, que ocupa um espaço antes destinado a movimentos sociais ganhando um aspecto de prestadoras de serviços, colocando de lado o seu papel reivindicatório, questiona se que, até onde se diferenciam as ONGs atuais das antigas organizações assistenciais que, todavia agiam como executoras dos serviços básicos de seguridade social, destinadas aos desempregados pelo estado, introduzindo uma concepção de cidadania em seus encargos.

Então, pode se dizer que, será que tais serviços os quais a população começa a reivindicar a obrigação não mais referente ao estado, e sim as ONGs, não sujeitam a seu particular ponto de vista de direito social conquistado? Será que essa “reestruturada” maneira de discorrer sobre a questão social, terceirizando a política pública, com atos fragmentados, pontuais e evidentes, não é voltar no tempo e ambiente, e realinhar a política social no início da história, a qual era cumprida voluntariamente pela família, vizinhos, igreja, não havendo a obrigação do estado? Sendo assim, é designada uma forma inerente de participação das ONGs, inserindo se cada vez mais no ambiente social fortificando a sua “parceria” com o estado em que promove efetivação de políticas públicas.

Portanto, e notório que o serviço social frente a todo um processo de Institucionalização das ONGs se depara com um cenário onde é necessário buscar sua legitimidade, pois é de suma importância, o engajamento profissional nesses espaços, que busquem diante de um projeto profissional crítico, dar respostas as seqüelas da questão social, através de ações, que tendam para a emancipação política dos sujeitos.

CAPITULO 3 – ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: ATUAÇÃO PROFISSIONAL E VOLUNTÁRIA NA ONG AMIGOS DO BEM EM MAURITI – CE

Neste referente capitulo, será apresentando a metodologia utilizada para alcançar os objetivos expostos no trabalho em questão, e as características relevantes a esta pesquisa, sendo tanto um estudo de caso como uma pesquisa bibliográfica, objetivos centrais para a obtenção de resultados.

Diante dos resultados das pesquisas realizadas, se desenvolve uma discussão em que consiste no envolvimento de ambas as pesquisas, tornando de um acessível entendimento das questões práticas e teóricas. Por fim, adentra se, no universo do trabalho do assistente social na prática e no dia a dia do seu fazer profissional e dos demais que atuam na ONG Amigos do Bem.

3.1 Percursos metodológicos

A metodologia adotada pelo pesquisador é um elemento de grande importância para o alcance de resultados coerentes e satisfatórios na pesquisa a qual a metodologia diz respeito aos caminhos que serão percorridos nesse processo.

Para a obtenção dos objetivos para este trabalho, foi elaborada uma direção metodológica que se deu inicio através da pesquisa bibliográfica, foi necessário estabelecer uma estratégia de pesquisa a qual possibilitasse a sustentação teórica desse trabalho, o estudo se desenvolveu acerca de fontes primárias e secundárias, a partir da leitura de livros, artigos, resenhas, revistas e tese de pós-graduação.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006. p. 266).

A pesquisa utilizada para obtenção de dados foi à abordagem qualitativa, tendo como finalidade conseguir um conteúdo voltado, para a temática apresentada através de um estudo amplo de forma a compreender todo esse cenário, foi necessário

estabelecer uma estratégia de pesquisa bibliográfica a qual facilitasse a identificação dos principais conteúdos a serem aplicados.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1992. p. 14)

Nesse método de pesquisa existem diferenças quanto à forma, método e aos objetivos. Godoy (1995) explana em relação à variedade que existe entre as pesquisas qualitativas, relatando características fundamentais que deve consistir nesse modelo de pesquisa:

- O ambiente estrutural como fonte direta de dados e o pesquisado como instrumento fundamental;
- O caráter descritivo;
- O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- Enfoque indutivo.

Dessa maneira, é necessário ter como foco o propósito de procurar compreender o fenômeno, quando observado minuciosamente, sendo a ação essencial na pesquisa qualitativa, quanto mais o pesquisador se adapta dos detalhes, adquire um melhor entendimento da vivência que foi partilhada pelo sujeito.

Fez se necessário a utilização da pesquisa exploratória, a qual determina que o pesquisador tenha uma maior familiaridade com o tema pesquisado. Assim como a descritiva, que tem por finalidade descrever as características da temática proposta, esta pesquisa determina vinculação entre as diversificações, medida ou quantidade que conseguem se modificar mediante o processo executado.

Diante da análise de estudos, foi possível selecionar autores de periódicos (artigos e resenhas) e livros, porém com um contato escasso a certa quantidade de materiais para a construção do trabalho por ocorrência da pandemia, que dessa maneira limitou o acesso a outros meios de desenvolvimento desse trabalho, porém as obras utilizadas retratam se em condições particularizadas, o contexto desenvolvido em conformidade com a proposta do trabalho, projetando as obras, sua data de publicação e os principais apontamentos.

Partindo de um levantamento teórico, afirma se que o contexto de todo esse processo, é nítido os diversos momentos que marcam e rodeiam a surgimento do

terceiro setor, enfoca se elementos os quais configuram um debate acerca das velhas e novas características existentes entre estado e sociedade civil que perante a um realidade dialética e contraditória, interesses particulares, essa relação de estado e sociedade civil se configura e ganham novas decisões, assim como configura novos constructos sociais, especialmente frente ao contexto da ofensiva neoliberal. De forma a agregar à sociedade civil uma nova roupagem, modificando se e sendo funcional ao projeto hegemônico do grande capital.

Nota se que, a partir da crise em que o estado vivencia na década de 1970 e 1980, já citado anteriormente, aplica se nos processos de reforma do estado, desse maneira surge, então diversas mudanças no quadro estatal, havendo entre estas, a reforma tanto da previdência quanto das legislações trabalhistas, privatizações de empresas públicas e, sobretudo um considerável recorte no financiamento do estado na esfera social.

É nesse contexto que se da redução de gastos no estado, na esfera social que se exibi a evolução do terceiro setor em meio social, desta maneira dispersa na sociedade, frente à lógica neoliberal, o ponto de vista de que as mazelas sociais vivenciadas pelas classes subalternas se estabelecem como responsabilidades de todos, quando na realidade são expressões da questão social, é aí que ocorre, e logicamente, irão se ampliar entidades filantrópicas.

Portanto, o assistente social, desempenha suas ações diretamente na questão social que tem grande ênfase nesse universo do terceiro setor, através da sua competência, em detrimento das disputas de classes antagônicas orientadas pelo capital e nas mais diversas maneiras em que o estado responde as diversas condições da questão social, que se produz e reproduz no processo de acumulação capitalista, através de políticas sociais, é nesses espaços das políticas sociais, que validam os âmbitos sócios ocupacionais dos assistentes sociais.

Atualmente o foco do terceiro setor diante da atuação profissional do assistente social, não é o assistencialismo que existia antes, o qual era voltado para a caridade, hoje a ação profissional se encontra atuando, como já citado anteriormente, na cidadania, garantia de direitos, proposições de políticas públicas, assessoria a movimentos sociais, serviços socioassistenciais (ONGs que, por exemplo, atuam com crianças e adolescentes no SCFV) cujas demandas o estado não consegue atender, e na contribuição para a efetivação do SUAS e das metas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Pois o profissional integra a rede de atendimento,

sendo assim, embora o trabalho do assistente social seja desenvolvido em uma ONG, está muito próximo de um CRAS.

Dessa maneira, da mesma forma em que o SCFV é desenvolvido no CRAS, é executada nas ONGs, pois ambos seguem a tipificação em que já foi estabelecida, discutida atualmente, é visível o grande número de instituições existentes em sua grande maioria da assistência social, tornando vasto o campo de atuação do serviço social, de maneira a tornar cada vez mais visível a expansão do terceiro setor e a inserção da profissão.

Segundo Peroni (2003) o SCFV desenvolvido pelas ONGs, a implementação das políticas não está sendo como responsabilidade do estado, porém efetua-se no vínculo com a sociedade civil organizada.

O terceiro setor, como sendo um espaço de trabalho, assim como em outros mais diversos espaços, apresenta limites e possibilidades, a profissão de assistente social, assim como outras profissões, como já exposto anteriormente, mostrou-se, de forma a dar respostas às necessidades sociais, diante de seu conhecimento, em detrimento das disputas em meio às classes sociais antagônicas pelo capital e nas distintas maneiras as quais o estado responde às diversas conjunturas da questão social o qual tem sua produção e reprodução no processo de acumulação capitalista.

O assistente social em sua formação, visto que, como um dos requisitos fundamentais, a sua habilitação deve ser voltada para a apropriação teórico metodológico e ético político e para que ocorra a execução das ações técnicas operativas de forma crítica e criativa, desde de uma perspectiva de totalidade, dessa forma, vale compreender a movimentação histórica da sociedade brasileira, no qual tem-se o capitalismo estruturalmente deliberado com o objetivo de reagir de maneira profissional frente à questão social, compreendendo-a, faz-se necessário, por se discorrer do ponto principal de atuação profissional, sendo de certa forma um objeto da formação metodológica, teórica e política da profissão.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundamentação como especialização do trabalho. Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social, enquanto torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2001.p.27).

A compreensão do significado do terceiro, assim como sua extensão deve ser entendida através da conjuntura econômica, política e social em seu processo

histórico contemporâneo, tendo diversos desafios a serem enfrentados. As ONGs tem um papel fundamental na sociedade brasileira, as atividades que executa vão desde suplementares às atividades destinadas através do poder público, até as que estabelecem o estado como propício a apoiar suas ações.

A extensão das ONGs brasileiras deve se ao interesse visto em cada um daqueles que compõe essas organizações, onde tem suas ações focadas na melhoria em sua comunidade/pais merecem e em diversas vezes, não recebem a dedicação necessária de poderes estaduais e federais.

Camargo (2001) terceiro setor no Brasil se ver com uma função desafiadora, visto que ele distingue se dos demais setores que contemplam as organizações privadas e públicas. Dessa forma, o terceiro setor opera de maneira como um intermediador entre os outros setores, isto é, há características dos dois, porém existe um que se difere, voltado para a assistência social, ideando estabilidade dos indivíduos na sociedade.

Atualmente é visível que ainda existe uma grande parcela de profissionais que buscam na prática se apropriaram de habilidades para com organizações do terceiro setor, pois esse setor se mantém em sua globalização se mantendo se atual em sua contemporaneidade, abrangem as possibilidades de inserção profissional e outros casos até mesmo na sua própria apropriação de trabalho profissional.

3.2 Contexto histórico da ONG Amigos do Bem: Projetos desenvolvidos

O estudo de caso realizado na ONG Amigos do Bem, através do Assistente Social, possibilitou um contato direto com o ambiente, onde foi possível ter uma melhor proximidade com a prática do serviço social no terceiro setor, posteriormente, explanando as atividades disponibilizadas pela ONG. A utilização desse método contribui para que tenhamos um entendimento frente à realidade posta através da pesquisa, de maneira que possibilite o entendimento e os motivos que levam a determinada decisão, tendo o conhecimento amplo e de forma direta da determinada pesquisa.

Segundo YIN (2001) o estudo de caso, é uma estratégia de pesquisa, a qual consiste em entender um método que engloba tudo em abordagens singulares de coletas e análise de dados.

Este estudo surgiu através da busca de novos conhecimentos e contornos do terceiro setor e o trabalho profissional do assistente social, onde de maneira teórica possibilitasse uma aproximação a esse universo dando ênfase na sua institucionalização na teoria e na prática, isto com base em, como se desenvolve as instituições dando ênfase nas ONGs, em questionar qual a relevância do profissional dentro daquele espaço, desenvolvimento da sua mão de obra e posteriormente, pensar, se as ações voluntárias fragilizam o fazer profissional, trazendo a tona todo um contexto de formação do trabalho naquele espaço, na qualificação, sendo uma nova categoria da profissão.

A ONG Amigos do Bem teve seu surgimento em 1993, tendo a frente fundadora e presidente Alcione Albanesi, sua sede, se localiza em São Paulo e suas ações são destinadas as pessoas que residem no Nordeste nos estados do Ceará, Alagoas e Pernambuco, de inicio, antes de se tornar umas das maiores instituições filantrópicas do país, a ONG era restrita a um pequeno grupo de 20 pessoas que tinham como motivação acreditar na vitoria do ser humano e com intuito de promover ações que pudessem ajudar de alguma forma aqueles que se encontravam em extrema pobreza, sendo a doação de cestas básicas a primeira ação a ser desenvolvida.

Logo mais, com passar dos anos a ONG teve grandes crescimentos tanto em número de pessoas como na sua estrutura física. As ações que eram desenvolvidas eram completamente exercidas por voluntários que iam de São Paulo aos referentes estados promovendo as ações conjuntas. Com o passar do tempo foi se desenvolvendo com comodidade um ambiente mais propicio de maneira a desenvolver outros maios de intervenção, onde os próprios jovens das comunidades se tornavam voluntários promovendo ações voltadas para a educação, as quais eram desenvolvidas nos próprios povoados.

Tempos depois a ONG, que é mantida através de doações de empresas, pessoas influentes e terceiros, se amplificou, e surgiu com um novo projeto, o CT (Centro de Transformações), um novo espaço onde se manteria as ações que deram início a ONG, e surgiriam outros projetos de intervenção, hoje a ONG atende a mais 75 mil pessoas que se encontram em vulnerabilidade, em cada Estado se localiza um Centro de Transformação, porém neste trabalho será explanado o referente ao Ceará, localizado na cidade de Mauriti em uma comunidade chamada de Agrovila, Distrito de coité, nessa comunidade a ONG não somente desenvolveu o CT, como também um

projeto para construção de moradias, e a criação da “vila do bem” onde os voluntários de São Paulo se acomodam nos períodos em que estão desenvolvendo suas ações.

Hoje a ONG, atende e tem vínculo com muitos outros projetos, como exemplo com escolas, na saúde, em centro de reabilitação de pessoas alcoólatras, tendo esse foco na educação, geração de renda, saúde e infraestrutura, gera empregos para a comunidade, em padaria, escola, farmácia e atualmente, surgiu um novo espaço de empregabilidade, através de uma fábrica de castanhas. Hoje em dia o Centro de Transformação forma e capacita seus próprios profissionais em determinadas áreas de trabalho, possibilitando maior confiança nas suas ações profissionais, a maioria são jovens que passam seus conhecimentos para outros jovens que futuramente serão profissional naquela determinada área.

As aulas desenvolvidas no CT, são voltadas para os jovens e crianças de 4 a 21 anos que são em torno de 10 mil alunos, dentro desse espaço são desenvolvidas atividades extracurriculares, cursos profissionalizantes e atividades para a formação humana. Na tabela a seguir nota se basicamente como se estrutura a ONG de forma teórica e prática.

TABELA 1 - Estrutura da ONG de forma teórica e prática.

QUANT. DE COMUNIDADES ATENDIDAS	36
QUANT. DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	25
QUANT. DE ESPAÇOS DE FUNCIONAMENTO DAS AULAS	22

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

A ONG tem como principal objetivo, erradicar a fome e a miséria, transformar vidas e participar da formação de muitas, manter esse modelo de transformação, e participando do desenvolvimento de cada jovem, e ate mesmo incentivar que esses objetivos sigam alem da ONG. Assim afirmam: “Quando olhamos para o futuro, imaginamos este modelo de transformação replicado em diversas regiões do Brasil e do mundo, para que a fome e a miséria sejam apenas lembradas como fatos históricos”.

Os Amigos do Bem assim como outras demais ONGs, é perceptível que a tomada de decisão de cada uma e a execução de suas atividades, traz impactos

positivos ao designa-las na figura de destinação do Brasil, de maneira em que segue o andamento social na contemporaneidade, das ações, da comunidade, com interação de novos meios e projetos de intervenção, onde acompanha uma forma generalizada de objetivos alçados e a serem alcançados.

A sociedade global que vem emergindo não é um prolongamento quantitativo e qualitativo da organização das sociedades locais, regionais e nacionais que tínhamos até recentemente. Evolui a passos largos para expressar um a realidade, política, econômica, cultural, geoestratégica, ecológica, religiosa ecumênica, uni - idiomática na inter e na transcomunicação virtual, que é ao mesmo tempo multinacional, transnacional, mundial, ou propriamente global. (BENI, 2007. p. 77)

Ao analisar, de um ponto de vista teórico vemos que o meio Social se desenvolve na maior parte das vezes, em um desenvolvimento mais estrutural, globalizado, nesse caso é valido pensar que, propagar essa questão do desenvolvimento social extinguir as mazelas sociais é algo muito complexo e que ao mesmo tempo em que está próximo sabemos que esta longe, por se tratar de atual realidade que vivemos.

Dessa maneira, é notável entre essas ONGs, existe um trabalho muito centrado em um objetivo, então ter uma equipe de trabalho, com grande desenvoltura é fundamental, na ONG Amigos do Bem, em sua equipe que conjunta trabalha na busca pela Transformação e Formação, busca sempre profissionais bem capacitados, vale ressaltar que a ONG tem uma capacitação em que é realizada 2 vezes ao ano, onde todos os integrantes de todos os Centro de Transformação participam. Na tabela a seguir, estará exposto como se divide as ações entre os funcionários de maneira geral.

TABELA 2 - Ações entre os funcionários.

ASSISTENTE SOCIAL	1	COORDENADORA PEDAGÓGICA	1
DIRETORA	1	INSTRUTORA PEDAGÓGICA	1
SECRETARIAS	2	MONITORES	34
DOCENTES	24	INSPETORES	4
MOTORISTAS	8	AUXILIAR DE MERENDEIRA	3

PORTEIROS	2	SERVIÇOS GERAIS	4
MERENDEIRA	1		

FONTE: Pesquisa de Campo, 2020.

Toda a equipe, que desenvolve todo o trabalho acerca das ações da ONG, atua no planejamento na organização e execução das atividades, assim como são responsáveis pela interlocução com a ONG e pela mobilização de futuros voluntários e parceiros nas comunidades. O profissional de serviço social, que explanou o seu trabalho e o andamento da Instituição, tornou possível uma apropriação de maneira em que se desenvolve o trabalho profissional. Vale ressaltar que este é o primeiro profissional a atuar neste espaço e que inclusive é o único Centro de Transformação, entre os três, que tem a atuação profissional.

3.3 Desenvolvimento profissional do assistente social na ONG amigos do Bem

O Trabalho desenvolvido pelo Assistente Social de início baseava se em um trabalho voltado para a educação, onde o profissional realizava acompanhamentos dos alunos, buscas ativas, para o retorno ao Centro de Transformação, logo mais, a apropriação e o reconhecimento Profissional vêm adquirindo cada vez mais espaço, de forma a exercer a pratica profissional efetivamente.

Levando ao questionamento do desenvolvimento das sua práticas, em pensar, em como torna se mais visível praticas Assistenciais ou o Assistencialismo, pois observa se que em um levantamento generalizado da ONG, pode se afirmar que, o Assistencialismo é predominante, em que posteriormente, as ações Assistenciais vem descobrindo e ganhando mais espaço. Segundo a fala do assistente social, a organização ainda se encontra em processo de adaptação da assistência social, pois sua trajetória sempre percorreu acerca de ações caritativas onde não tinha ainda, a apropriação do serviço social. Diante disso o Assistente Social afirma que:

“Estamos no processo de desenhar, desenhar as funções, as práticas profissionais nesse âmbito [...] sabemos das características profissionais das funções, como o profissional atua, desenvolve seu trabalho em vários ambientes, em vários espaços sócio ocupacionais, no entanto, na ONG Amigos do Bem, é algo novo que estamos aos poucos adentrando em novas funções e desafios. sendo assim está em

processo de configuração. Sabe-se que a atuação do assistente social carrega características próprias, no entanto cada espaço sócio ocupacional apresenta necessidades específicas exigindo a adaptação do profissional. [...] Vale ressaltar que a ONG apresenta forte relação com a categoria do voluntariado, firmando o trabalho através de doações e com participação expressiva de diversos atores da sociedade civil”.

Dessa maneira vemos que o profissional se encontra diante do desafio de compreender uma realidade que é tanto para ele como para a ONG, se configura em um universo de constantes adaptações, e construção de um projeto profissional. É visto que a atuação profissional de início se ver em uma questão de se estar frente a práticas Assistencialistas que posteriormente o Assistencialismo esta presente.

De acordo com Guerra (2011), a identificação como profissional de serviço social, ocorre diante de fazer profissional cotidiano, conseqüente da habilidade de criação, adaptação e transformações da realidade Social.

Dessa forma é notável que exista um trabalho intensivo pela busca cada vez mais constante da presença do Serviço Social na ONG, o profissional afirma que o seu trabalho apesar de não ter ainda uma apropriação total nesse âmbito, ressalta a generalização do trabalho profissional em meio ao Terceiro Setor, referenciado a ONG em que atua.

“Tendo em vista a atuação do terceiro setor de forma geral, bem como observando as particularidades de cada espaço sócio ocupacional, pode-se destacar a necessidade de uma postura pautada no código ética, respeitando os princípios éticos e políticos que norteiam a profissão, além da busca constante de efetivação do projeto ético político. Nesse sentido, busca-se alinhar as competências profissionais às necessidades cotidianas de acompanhamento às famílias e povoados, bem como a categoria do voluntário fortemente expressa no terceiro setor”.

Vemos que diante da Lei de Regulamentação do profissional, dos (as) assistentes sociais (Lei nº 8.662 de 07/06/93), são evidentes as atribuições particulares do Profissional que desenvolve suas ações no Terceiro Setor, entretanto, requer inserir se, em meio ao âmbito Institucional a política de Assistência Social com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93) e Sistema de Assistência Social (SUAS/04) conforme com a área e seus acompanhamentos em que são realizados na Instituição.

Muitos são os requisitos impostos frente à atuação profissional, e a sua instrumentalidade está em executar um trabalho sistemático, frente a todas as demandas impostas na realidade atuante, o Profissional da ONG está sujeito a habituar essa Instrumentalidade, e a visita domiciliar é extremamente presente nesse âmbito, o qual reforça a desenvoltura do seu trabalho e do ambiente em que atua. Assim afirma:

“Tendo em vista a necessidade de apropriar-se da realidade ora posta, faz-se necessárias nas mais diversas situações, utilizar a visita domiciliar para garantir um acompanhamento eficaz, buscando a resolução das situações ora apresentadas. Em todos os projetos desenvolvidos pela ONG o recurso da visita domiciliar faz-se necessário [...] Além dos sistemas utilizados para assegurar a proteção das informações bem como o acesso pela equipe local e da central (localizada em São Paulo), utiliza-se também uma ficha de visita domiciliar para registrar as informações da família, nesse instrumental torna-se possível registrar o acompanhamento e evolução da família. Os dados e informações são compilados em planilhas periodicamente para avaliação e supervisão”.

A visita familiar visa prestar uma assistência educativa e assistencial no âmbito do domicílio. É através dela que fazemos um levantamento e avaliação das condições socioeconômicas em que vive os indivíduos e seus familiares, elaborando assim uma assistência específica a cada caso (KAWAMOTO; SANTOS; MATTOS, 2009. p.35).

Dessa maneira, a visita é um instrumento em que aproxima o profissional da realidade da família da comunidade, com isso se tem maior efetividade das ações o qual envolve, ter o cuidado com indivíduo e família e em outros ambientes de desenvolvimento da ação profissional. Tendo em vista que a ONG Amigos do Bem tem um trabalho totalmente voltado para a família, ou seja, existe um campo vasto na atuação do Assistente Social com o desenvolvimento sendo amplamente vasto, em relação ao direcionamento das famílias, onde ter um olho crítico é de grande importância principalmente na identificação das principais vulnerabilidades postas naquela realidade. Tendo também uma sistematização das informações da ONG onde mantém o controle e organização no desenvolvimento das ações.

Como sendo um dos principais focos da ONG, a transformação, segundo o Assistente Social, isso lhe possibilita um maior espaço na sua intervenção, no seu trabalho podendo assim, desenvolver suas habilidades e desenvolver um trabalho mais intensivo em que a certa autonomia para suas ações, de forma a trabalhar

diretamente com as famílias atendidas de maneira direta, sendo os atendimentos feitos de forma específica a partir das necessidades postas em que a uma quantidade considerável de pessoas que necessitam do atendimento.

“o foco na transformação das pessoas, que é um desejo de Alcione (presidente da ONG) permite o desenvolvimento de um trabalho mais intenso, isso é muito bom, trabalhar a famílias, dar oportunidades, cuidar com sentimento. [...] os atendimentos são feitos a partir das necessidades específicas, por exemplo: projeto vitória (para reabilitação de pessoas alcoólatras), médico, casa, água, dentre outros”.

Neste novo contexto, fortalecer a gestão compartilhada pressupõe consolidar um novo padrão de articulação e complementaridade no qual a heterogeneidade de grupos sociais derive na construção de um novo compromisso social, engajando a todos de forma democrática, participativa e proativa. (CARVALHO, 1999. p.53)

É notável que se tiver essa ligação em outros setores, até mesmo, no caso da ONG, de projetos ligados à mesma, tem uma relevante importância, quando se trata de uma intervenção ligada à melhoria comunitária englobando o todo. Embora a ONG ainda não matem uma rede de atendimento, apresenta uma proposta ao Profissional e busca sempre manter um desenvolvimento em que consiste a prática Assistencial em todos os traços da sua atuação. Mantendo um compromisso profissional de ambas as partes, o Profissional trabalha de carteira assinada diante do que se afirma a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“A instituição empregadora tem compromisso com o cumprimento das disposições legais da CLT, assegurando o vínculo por carteira assinada, bem como respeita as leis específicas da categoria, garantindo o cumprimento das 30h semanais do Assistente Social”.

Iamamoto (2012) compreende se o Assistente Social como um trabalhador (a) assalariado (a) de Instituições públicas e privado, introduzido na divisão sociotécnica do trabalho, sendo necessário no processo de produção e reprodução das relações sociais em meio à sociedade capitalista. Então, considera se que tal processo de condições de trabalho a que estão subordinados hoje em dia, é necessário estabelecê-los como participantes desse processo, em que influencia de forma resolutiva nas relações de trabalho de modos de vida social.

Em meio a esse processo na ONG é nítido, que a ação voluntária seja algo tão visível e incrivelmente numeroso, em que as suas ações são restritas tendo sua própria particularidade, ou seja, as ações voluntárias, e as exercidas pelo profissional têm execuções diferenciadas, cada um com uma maneira de explorar suas habilidades, mas constantemente atuando lado a lado.

As ações voluntárias são desenvolvidas principalmente de maneira direta com as pessoas atendidas, nas distribuições das cestas básicas, posteriormente a grande maioria trabalham na sede em São Paulo, lá desempenham o trabalho de recolhimento e embalagem das cestas básicas, higienização e concerto de roupas, brinquedos, arrecadados nas doações, entre outros ações, no Centro de Transformação, os voluntários, são especificamente as pessoas que residem nas comunidades atendidas, alguns são como representantes de cada comunidade, onde recebem as instruções para serem repassadas como por exemplo: em dia de distribuição e ajudam na organização, alguns selecionados para desenvolver reforços escolares, outros contribuem com alguns trabalhos no Centro de Transformação, ou seja, existe toda uma sistematização, cada função tem seu espaço e que por sinal, é consideravelmente vasto.

Dessa maneira, podemos constatar que a ONG Amigos do Bem, tem buscado constantemente a apropriação e adaptação das práticas, Assistencial e Assistencialismo, ou seja, é notável que tornou se necessário a busca por esta adaptação, pelo desenvolvimento da ONG que necessita de tais práticas na efetivação de suas ações, vale ressaltar que a Organização é de cunho filantrópico, dessa forma, tais práticas ocorrem como estratégia de desenvolvimento da ONG.

Por tanto, é possível afirmar que a ação profissional nesse âmbito a cada dia ganha mais impulso, estando entre as demais intervenções que até mesmo se sobressaem da organização, ou seja, pelo vínculo e por terem os mesmos intuitos de transformação do cotidiano familiar e comunitário, gerando possibilidades de crescimento individual e de grupo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o conteúdo exposto no decorrer deste trabalho, é possível observar, que o Terceiro Setor é de imensa importância para o meio social, pois sua forma de desenvolver suas atividades de maneira tão direta as mais diversas formas da questão social, tendo em vista que sua atuação através da ONGs tem uma relevância incrível por trabalhar das mais diversas maneiras com os mais diferentes intuitos.

Para abordarmos o tema, Serviço Social no Terceiro Setor, fez se necessário compreender o contexto em que insere, focando na institucionalização deste no meio social, o qual é o primeiro passo no inicio de todo esse processo, onde se adquire as primeiras formas na sua construção.

Contudo, esse espaço com todos os desafios frente a profissão, a cada dia se propaga mais ainda a sua atuação nesse ambiente. Então vem a tona a necessidade do Profissional se manter atento aos conceitos de trabalho concreto e abstrato buscando esses conceitos para o trabalho além do conhecimento teórico assim como compreender se com trabalhador assalariado.

Um dos principais pontos dessa pesquisa como se sabe é o Terceiro Setor, pois é notória a importância do Serviço Social nesse Espaço, no qual a sua contribuição é e deve ser através de um trabalho contextualizado e de qualidades sociais, tendo sempre como finalidade a busca por benefícios para a população, através da garantia e aproximação dos direitos sociais. No entanto é notório que o Terceiro Setor não terá o mesmo papel que o Estado na distribuição de Políticas Sociais no enfrentamento da Questão Social, mesmo que as ONGs transpareçam meio de acesso e fortalecimento de lutas e conquistas de tais direitos.

Por fim, conclui se que o referente estudo tem uma grande importância na contribuição para a produção de conhecimento sobre a temática, sendo de grande importância, para ser uma reflexão sobre o trabalho do Assistente Social no Terceiro Setor, tendo muitos questionamentos de como formular e executar suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMIDES, M. B. C. **Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo.** In: Serviço Social e Sociedade, n. 91, ano XXVIII. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações.** São Paulo: Summs, 2006.
- ANDION, c. Análise de redes de desenvolvimento local sustentável. **Revista de administração pública.** V. 37, n 5, p. 1033-54, set/out 2003.
- ARMANI, D. **Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras.** Cadernos ABONG, 2006.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo.** 12 ed. São Paulo: SENAC, 2007.
- BRASIL. **LEI N.º 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm> Acesso em: 15 de maio de 2020.
- CAMARGOS, Ana Amélia Mascarenhas. **Direito do trabalho no terceiro setor.** São Paulo: Saraiva, 2008.
- CARVALHO. Maria do Carmo Brant. **Gestão Social: Alguns apontamentos para o debate.** In: Gestão Social: uma questão de debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.
- COELHO, Simone. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos.** São Paulo: SENAC. 2000.
- FAUSTO, Boris, **História do Brasil/Boris Fausto.** – 12. Ed, 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Didática, 1).
- FERREIRA, V. C. P. **Ong's no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento.** Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2005.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa Qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: V.35, n.2, abril 1995.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOODE, W., & HATT, (1973). **Métodos em pesquisa social**. São Paulo, SP: Nacional.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N.54. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 91. São Paulo: Cortez, 2007.

HUDSON, Mike. **Administração e Organização do Terceiro Setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Markoron Books, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis. Revista da Associação Brasileira Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n.3, jan./jul.2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KAWAMOTO, E.; SANTOS, M. C. H.; MATTOS, T. M. **Enfermagem Comunitária**. 2.ed. São Paulo: EPU, 2009.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Tese de doutorado. Universidade federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade Civil”**: Estado e “terceiro setor” em questão. IN: Revista Serviço Social e Sociedade n° 59. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**; crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete (1995). **Cultura da crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez.

NETTO, José Paulo (1992). **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez.

NETTO, José Paulo. FHC e a Políticas Sociais: um desastre para as massas trabalhadoras. IN: LESBAUPIN, IVO (ORG). **O desmonte da nação**: Balanço do governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. **Organizações da sociedade civil e as ONGs de educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 2001.

OLIVEIRA, Livia Maria de. **A materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano profissional em ONG's**. Trabalho monográfico apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mossoró, 2005.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. Ed. Brasília Jurídica, 2003.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PETRAS, James (1999). **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau, FURB.

PONTES, J. **O Impacto Social do Trabalho das ONGs no Brasil**. São Paulo: ABONG, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R.(Orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. (Biblioteca de Ciências Sociais).

YAZBEK, Camileta. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 2000. P. 21-34.

YIN, Roberto K, **Estudo de Caso: Planejamento e método**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.



APENDICE A:
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEÃO SAMPAIO
ENTREVISTA

Visto que o terceiro setor é um ambiente em que o Assistente Social se torna de grande ênfase, sendo um grande representante de atuação profissional naquele espaço.

01. Seguindo o cotidiano da Instituição, quais as exigências profissionais postas no dia a dia da ONG?

02. A visita domiciliar é um recurso utilizado?

03. A ONG sendo de cunho filantrópico, com a atuação profissional se estabelece como prática Assistencial ou Assistencialismo?

04. Ocorre flexibilização do trabalho profissional no seu trabalho interno, assim como, com os demais que compõe a equipe de trabalho?

05. Como são registradas as atividades da Instituição?

06. Qual o principal objetivo da Instituição?

07. Como as ações voluntárias de desenvolve, posteriormente, frente as ações voltadas para o Serviço Social?

08. Existe algum atendimento específico, em relação as famílias atendidas?

APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Este Estudo de Caso discorre sobre o desenvolvimento do Terceiro Setor dando ênfase no surgimento e crescimento das ONGs, onde temos por finalidade um questionamento acerca do fazer profissional do Assistente Social, onde nesse espaço de atuação podemos verificar a existência de prática Assistencial ou do Assistencialismo. Um Estudo na ONG Amigos do Bem, Mauriti Ceara, desenvolvida pela acadêmica do Curso de Serviço Social LILIANE DE SOUSA JANOCA. O estudo traz como Objetivo Geral: Analisar os impactos do Terceiro Setor no meio Social, assim como o desenvolvimento do Serviço Social em suas Práticas Assistenciais frente ao Assistencialismo posto pelas ONGs, esta a qual é mais um espaço de Trabalho do Assistente Social.

A participação na contribuição do Estudo deverá ser realizada de maneira voluntária, dessa forma caberá ao Assistente Social da Instituição decidir se irá participar da pesquisa, respondendo as perguntas que será realizada durante a entrevista semiestruturada.

O acadêmico estará à disposição para responder a qualquer dúvida, prestando total esclarecimento que for necessário sobre o processo da pesquisa, bem como seu professor orientador.

Diante disso, eu:

_____,
 declaro estar devidamente esclarecido sobre a pesquisa a ser realizada e dou meu consentimento para participar da mesma, autorizando o uso dos dados na publicação dos resultados obtidos.

Juazeiro do Norte – CE, _____ de _____ de 2020.

 Assinatura do participante

 Liliane de Sousa Janoca